

PROJETO DE REGULAMENTO DE PROCEDIMENTOS REGULATÓRIOS

VERSÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

29 de dezembro de 2016

Versão para consulta pública

ÍNDICE

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS	8
Artigo 1.º Objeto do regulamento.....	8
Artigo 2.º Âmbito subjetivo de aplicação do regulamento	8
Capítulo II PROCEDIMENTOS DE REGULAÇÃO COMPORTAMENTAL DAS ENTIDADES GESTORAS AO LONGO DO SEU CICLO DE VIDA.....	9
Secção I Monitorização legal e contratual das entidades gestoras	9
Artigo 3.º Constituição de sistemas intermunicipais de gestão direta.....	9
Artigo 4.º Delegação de serviços de titularidade municipal	10
Artigo 5.º Seleção de parceiros privados para empresas delegatárias	10
Artigo 6.º Constituição de parcerias entre os municípios e o Estado	11
Artigo 7.º Concessão de serviços de titularidade municipal.....	12
Artigo 8.º Concessão de serviços de titularidade estatal (multimunicipais).....	13
Artigo 9.º Subconcessão de serviços de titularidade estatal ou municipal.....	14
Artigo 10.º Outros procedimentos de atribuição da gestão de serviços	14
Artigo 11.º Celebração de outros contratos relativos à gestão de serviço	15
Artigo 12.º Alteração de contratos relativos à gestão de serviços de titularidade estatal ou municipal	15
Artigo 13.º Comparador de modelos de gestão, estudo de viabilidade económico-financeira e plano de investimentos.....	17
Artigo 14.º Aprovação de regulamentos de serviço público	19
Artigo 15.º Conteúdo mínimo dos regulamentos.....	20
Artigo 16.º Autorização para novos investimentos não contemplados no contrato de concessão	21
Artigo 17.º Projetos de construção de infraestruturas de concessionárias de serviços multimunicipais e respetivas alterações	23
Artigo 18.º Pareceres facultativos a pedido da entidade titular dos serviços	27
Artigo 19.º Atividades acessórias ou complementares.....	28
Artigo 20.º Extinção de contratos relativos à gestão de serviços.....	29
Artigo 21.º Obrigações de informação sobre bens e infraestruturas.....	30
Artigo 22.º Obrigações gerais de informação.....	33

Secção II Ciclo de regulação comportamental em matéria económica	35
Artigo 23.º Análise de orçamentos e projetos tarifários de serviços de titularidade estatal... 35	
Artigo 24.º Definição dos desvios de recuperação de gastos	36
Artigo 25.º Definição de proveitos permitidos	37
Artigo 26.º Revisão anual do tarifário de serviços municipais geridos por contrato	40
Artigo 27.º Revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária em serviços municipais geridos por contrato de gestão delegada	42
Artigo 28.º Revisão anual do tarifário de serviços municipais geridos sem contrato	42
Artigo 29.º Fiscalização do cumprimento das regras tarifárias	43
Artigo 30.º Reporte, processamento e divulgação de informação económico-financeira	45
Secção III Ciclo de regulação da qualidade de serviço	46
Artigo 31.º Avaliação anual da qualidade de serviço prestados aos utilizadores	46
Artigo 32.º Alteração dos prazos	48
Secção IV Ciclo de regulação da qualidade da água para consumo humano.....	49
Artigo 33.º Verificação da qualidade da água para consumo humano	49
Artigo 34.º Pedidos de dispensa ou redução do controlo analítico	49
Artigo 35.º Elaboração e aprovação do programa de controlo da qualidade da água	51
Artigo 36.º Implementação do programa de controlo da qualidade da água	52
Artigo 37.º Comprovação de acreditação e supervisão dos laboratórios de ensaios	54
Artigo 38.º Reporte, processamento e divulgação de informação dos dados do controlo da qualidade da água	54
Secção V Reclamações de utilizadores dos serviços	56
Artigo 39.º Análise de reclamações de utilizadores dos serviços	56
Secção VI Procedimentos de controlo.....	57
Artigo 40.º Realização de auditorias	57
Artigo 41.º Realização de ações de fiscalização e de inspeção.....	58
Secção VII Colaboração com outras entidades	60
Artigo 42.º Licenciamento de entidades gestoras de sistemas integrados de fluxos específicos com interface com os resíduos urbanos	60
Capítulo III DISPOSIÇÕES FINAIS.....	61

Artigo 43.º Forma de reporte de informação à ERSAR	61
Artigo 44.º Contagem de prazos	61
Artigo 45.º Decisões sujeitas a parecer da ERSAR	62
Artigo 46.º Incumprimento do presente regulamento	63
Artigo 47.º Dever de segredo	63
Artigo 48.º Produção de efeitos	63
ANEXO 1 Quadro de investimentos relativos à constituição de sistemas de titularidade municipal	64
ANEXO 2 Quadros de investimentos relativos a sistemas de titularidade estatal	67
ANEXO 3 Quadro para monitorização de investimentos de serviços de titularidade municipal geridos por contrato	70

PROJETO DE REGULAMENTO DOS PROCEDIMENTOS REGULATÓRIOS

Nota justificativa

A ERSAR tem por missão, no quadro dos respetivos Estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, a regulação e a supervisão dos sectores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, abreviadamente designados por serviços de águas e resíduos, incluindo o exercício de funções de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

A atividade da ERSAR visa promover o aumento da eficiência e eficácia da prestação dos serviços de águas, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem como a sustentabilidade económica e financeira dos serviços, garantindo ao mesmo tempo a proteção dos direitos e interesses dos utilizadores desses mesmos serviços.

Quanto ao primeiro objetivo, a atividade da ERSAR passa, no essencial, por garantir a verificação de condições de igualdade e transparência no acesso e no exercício da atividade de serviços de águas e resíduos nos diferentes modelos de gestão e nas respetivas relações contratuais, mas também por assegurar a existência de condições que permitam a obtenção de equilíbrio económico e financeiro por parte das atividades dos sectores regulados exercidos em regime de serviço público.

Em termos de proteção dos direitos dos utilizadores dos serviços, a atividade da ERSAR visa sobretudo garantir e controlar a qualidade dos serviços públicos prestados, assegurar a tendencial uniformidade de procedimentos e a efetividade do direito público à informação sobre o sector e sobre cada uma das entidades gestoras e assegurar a supervisão e o controlo dos preços praticados, que se revela essencial por se estar perante situações de monopólio natural ou legal. Em matéria de abastecimento de água, a ERSAR desempenha ainda uma função de controlo da qualidade da água para consumo humano.

As atribuições e competências da ERSAR encontram-se definidas nos respetivos Estatutos, e desenvolvidas no quadro dos regimes jurídicos dos serviços multimunicipais e municipais,

consagrados nos Decretos-Leis n.ºs 92/2013, de 11 de julho, 96/2014, de 25 de junho, 294/94, de 16 de novembro, 319/94, de 24 de dezembro, e 162/96, de 4 de setembro, bem como nos Decretos-Lei n.ºs 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, e ainda no regime da qualidade da água destinada ao consumo humano constante do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho. As atribuições e competências da ERSAR definidas nos diplomas acima identificados compreendem a regulação estrutural do sector, a regulação comportamental das entidades titulares, das entidades gestoras e das entidades prestadoras dos serviços em geral, assim como a elaboração e divulgação regulares de informação e o apoio técnico aos agentes dos sectores regulados.

A regulação estrutural refere-se à contribuição do regulador para uma melhor organização do sector, através da avaliação e identificação de necessidades de melhoria nas políticas públicas e regras de funcionamento do sector. Traduz-se, assim, na colaboração com o Governo e com a Assembleia da República na formulação das políticas públicas e na preparação dos diplomas respeitantes aos serviços regulados (por iniciativa própria ou em resposta a solicitações dos referidos órgãos), bem como na elaboração de regulamentos com eficácia externa no âmbito das competências normativas atribuídas pelos Estatutos da ERSAR, ou ainda de recomendações que, não sendo vinculativas, constituem documentos orientadores de boas práticas. No âmbito destas atividades regulatórias, existe interação entre a ERSAR e as entidades reguladas quando sejam realizadas consultas públicas (obrigatórias no caso dos regulamentos com eficácia externa), cujo procedimento se encontra já suficientemente definido nos Estatutos da ERSAR e no Código do Procedimento Administrativo. A regulação estrutural inclui ainda o acompanhamento e reporte da implementação dos planos estratégicos dos sectores regulados, nos moldes nestes definidos e que, em grande parte, assentam na informação recolhida pela ERSAR no âmbito da regulação comportamental.

É no quadro da regulação comportamental que a intervenção da ERSAR se traduz numa interação direta com as entidades reguladas, condicionando o respetivo comportamento. Com vista a garantir a clareza, a segurança e a uniformidade de procedimentos no âmbito das relações entre a ERSAR e as entidades reguladas importa definir e concretizar os procedimentos regulatórios, na

vertente da regulação comportamental, que corporizam o exercício das competências estabelecidas no quadro legal acima descrito.

Por outro lado, no que toca às relações entre a ERSAR e as entidades de direito público ou privado, de âmbito nacional ou internacional, com as quais estabeleça relações de cooperação, de colaboração ou de associação, importa também estabelecer as formas de que se revestem essas relações e as condições em que as mesmas operam e se desenvolvem.

No que respeita à ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas, importa notar que as obrigações impostas às entidades gestoras abrangidas pelo presente regulamento resultam de diplomas legais, limitando-se o regulamento a clarificar a forma como devem ser cumpridas. No sentido de simplificar e agilizar a comunicação com a ERSAR, assim como minimizar os custos associados, privilegia-se o uso de meios informáticos, como o Portal da ERSAR ou o envio de documentação em suporte digital. Está ainda presente a preocupação de evitar a duplicação de reporte de informação, nomeadamente face a obrigações existentes perante outras entidades da administração pública. Por outro lado, a maior previsibilidade quanto à forma como se desenrolam as interações entre a ERSAR e as entidades reguladas permite a estas uma melhor organização interna e gestão da sua atividade. Tendo em consideração o acima exposto, nomeadamente que o presente regulamento consubstancia a operacionalização de normas já existentes, considera-se que a aprovação do mesmo se traduz num benefício para o setor.

Nestes termos, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos deliberou, em reunião de 29 de dezembro de 2016, nos termos do artigo 12.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º dos respetivos Estatutos, aprovar o seguinte projeto de regulamento de procedimentos regulatórios e submeter o mesmo a audição do Conselho Consultivo e a consulta pública.

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do regulamento

1. O presente regulamento tem por objeto os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação, no exercício das atribuições e competências conferidas por lei, respetivamente, à entidade reguladora e aos seus órgãos.
2. Para o efeito previsto no n.º 1, são definidas regras relativas aos procedimentos no âmbito da regulação comportamental das entidades gestoras referentes à:
 - a) Monitorização legal e contratual das entidades gestoras;
 - b) Regulação económica das entidades gestoras;
 - c) Regulação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras;
 - d) Regulação da qualidade da água para consumo humano;
 - e) Análise de reclamações de utilizadores.

Artigo 2.º

Âmbito subjetivo de aplicação do regulamento

O presente regulamento aplica-se a todas as entidades sujeitas à atuação da ERSAR, nos termos previstos no artigo 4.º dos respetivos Estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, salvo disposição expressa em contrário nos artigos seguintes.

Capítulo II

PROCEDIMENTOS DE REGULAÇÃO COMPORTAMENTAL DAS ENTIDADES GESTORAS AO LONGO DO SEU CICLO DE VIDA

Secção I

Monitorização legal e contratual das entidades gestoras

Artigo 3.º

Constituição de sistemas intermunicipais de gestão direta

1. A constituição de um sistema intermunicipal em modelo de gestão direta nos termos previstos no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade que pretenda constituir um sistema intermunicipal em modelo de gestão direta envia à ERSAR o projeto de constituição acompanhado do estudo que fundamente a racionalidade económica e financeira acrescentada decorrente da integração territorial dos sistemas municipais, nos termos previstos no Artigo 13.º.
3. No prazo de 15 dias após a constituição do sistema intermunicipal, a entidade responsável pela constituição do sistema remete à ERSAR cópia do ato constitutivo, bem como, dos documentos que regem a prestação do serviço, acompanhados do estudo de viabilidade económica e plano de investimentos, e informa da data da transferência da responsabilidade pela gestão do mesmo, identificando a área de intervenção do sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.

Artigo 4.º

Delegação de serviços de titularidade municipal

1. A celebração de um contrato de gestão delegada nos termos previstos no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a entidade delegante envia à ERSAR a minuta do contrato, com o respetivo plano de investimentos que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 1, acompanhada do contrato de sociedade, dos estatutos da empresa local, e de um estudo de viabilidade económica e financeira, seguindo as regras estabelecidas no 17.º Artigo 13.º, o qual, caso a empresa não se encontre ainda constituída nessa data, pode corresponder ao previsto no artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
3. No prazo de 15 dias após a celebração do contrato de gestão delegada a entidade delegante remete à ERSAR cópia do mesmo e informa da data da transferência da responsabilidade pela gestão do sistema para a empresa delegatária, identificando a área de intervenção do respetivo sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.
4. Caso a constituição da empresa local, delegatária de serviços municipais de águas ou resíduos, seja anterior à celebração do contrato de gestão delegada, as entidades públicas participantes remetem à ERSAR cópia do contrato de sociedade, dos estatutos da empresa e dos estudos a que se refere o artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, no prazo de 15 dias contados da referida constituição.

Artigo 5.º

Seleção de parceiros privados para empresas delegatárias

1. A abertura de um procedimento de contratação pública para a seleção de parceiro privado para uma empresa local nos termos previstos no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.

2. Para os efeitos previstos no artigo anterior, a entidade adjudicante remete à ERSAR as peças do procedimento, incluindo os anexos ao caderno de encargos previstos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.
3. Após a adjudicação e previamente à celebração dos contratos com o parceiro privado, a entidade adjudicante remete à ERSAR a versão final das peças do procedimento, incluindo os esclarecimentos prestados aos concorrentes, o relatório de avaliação das propostas, a decisão de adjudicação, a proposta vencedora e as minutas dos contratos a celebrar, para emissão de parecer sobre os mesmos.
4. No prazo de 15 dias após a celebração dos contratos com a intervenção do parceiro privado a entidade delegante remete à ERSAR cópia dos mesmos, assim como do contrato de gestão delegada caso tenha sido revisto na sequência da seleção do parceiro privado.

Artigo 6.º

Constituição de parcerias entre os municípios e o Estado

1. A constituição de uma parceria entre o Estado e municípios para a gestão de serviços municipais nos termos previstos no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, os parceiros enviam à ERSAR as minutas dos contratos de parceria e de gestão, com o respetivo plano de investimentos que que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 1, e outros que regulem a atividade da entidade gestora da parceria, nomeadamente as minutas dos contratos de recolha e de fornecimento, no caso de sistemas em alta, acompanhados da decisão de constituir a parceria e dos estudos de viabilidade económica e financeira que a fundamentaram, de acordo com as regras estabelecidas no 17º Artigo 13.º, evidenciando, designadamente, as vantagens decorrentes da integração dos sistemas para o interesse nacional e para o interesse local, face a soluções alternativas.

3. No prazo de 15 dias após a celebração dos contratos de parceria e de gestão, os parceiros remetem à ERSAR cópia dos mesmos com os respetivos anexos, acompanhados do contrato de sociedade e estatutos da entidade gestora, e informam sobre a data de transferência da responsabilidade pela gestão do sistema para a entidade gestora da parceria, identificando a área de intervenção do sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia, bem como a composição e contactos da comissão de parceria.

Artigo 7.º

Concessão de serviços de titularidade municipal

1. A abertura de um procedimento de contratação pública para a concessão de um serviço municipal nos termos previstos nos artigos 31.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a entidade adjudicante envia à ERSAR as peças do procedimento, que incluam o modelo de apresentação do Plano de Investimentos, com o detalhe mínimo definido no anexo 1, acompanhadas da decisão de concessionar e do estudo de viabilidade económica e financeira a que se refere o artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, seguindo as regras estabelecidas no 17º Artigo 13.º.
3. No caso de a entidade adjudicante ser uma empresa municipal delegatária ou uma entidade gestora de parceria, deve ainda ser demonstrada a obtenção das autorizações exigidas pelo artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e pelo n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.
4. Após a adjudicação e previamente à celebração do contrato de concessão, a entidade adjudicante remete à ERSAR a versão final das peças do procedimento, o relatório de avaliação das propostas, a decisão de adjudicação, a proposta vencedora e a minuta do contrato de concessão, com o respetivo plano de investimentos que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 1, para emissão de parecer sobre os mesmos.

5. No prazo de 15 dias após a celebração do contrato de concessão, a entidade adjudicante remete à ERSAR cópia do mesmo, salvo se a concessionária já o tiver feito, informando sobre a data de transferência da responsabilidade pela gestão do sistema para a concessionária, identificando a área de intervenção do respetivo sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.

Artigo 8.º

Concessão de serviços de titularidade estatal (multimunicipais)

1. A atribuição de uma concessão multimunicipal apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o membro do Governo responsável pela área do ambiente envia à ERSAR o projeto de diploma de constituição do sistema multimunicipal, acompanhado da minuta do contrato de concessão e respetivos anexos.
3. As minutas dos contratos de concessão referidas no número anterior incluem informação sobre a delimitação do âmbito geográfico de intervenção da entidade gestora, respetivos objetivos de serviço público e, salvo no caso das concessões abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho:
 - a) O plano de investimentos inicial que inclua cronograma físico e financeiro, que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 2,
 - b) Os pressupostos económico-financeiros para os principais custos de operação, manutenção e capital, e pressupostos de atividade;
 - c) O estudo de viabilidade económico-financeira, com o conteúdo exigido pelo 17.º Artigo 13.º, em formato de ficheiro de folha de cálculo editável.
4. No prazo de 15 dias após a celebração do contrato de concessão, o membro do Governo responsável pela área do ambiente remete à ERSAR cópia do mesmo, salvo se a concessionária já o tiver feito, informando sobre a data de transferência da responsabilidade pela gestão do sistema para a concessionária, identificando a área de intervenção do

respetivo sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.

Artigo 9.º

Subconcessão de serviços de titularidade estatal ou municipal

1. A subconcessão de parte de um serviço de titularidade estatal ou municipal apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou ao decurso do respetivo prazo.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a concessionária envia à ERSAR a minuta do contrato de subconcessão incluindo os respetivos anexos nos termos do n.º 3. do Artigo 8.º, acompanhada da autorização do concedente,
3. No prazo de 15 dias após a celebração do contrato de subconcessão, a concessionária remete à ERSAR cópia do mesmo, informando sobre a data de transferência da responsabilidade pela gestão do sistema para a subconcessionária, identificando a área de intervenção do respetivo sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.

Artigo 10.º

Outros procedimentos de atribuição da gestão de serviços

1. Nos casos em que os municípios ou o Estado atribuam a gestão de serviços de águas ou resíduos a uma entidade juridicamente distinta seguindo um procedimento não previsto nos artigos anteriores, a prática do ato ou a celebração do contrato através do qual se pretenda operar a transferência de responsabilidade pela gestão do serviço em causa apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou após o decurso do respetivo prazo.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o pedido de parecer à ERSAR é acompanhado de elementos que fundamentem a decisão de transferência de responsabilidade pela gestão do serviço do ponto de vista jurídico, técnico e económico.

3. No prazo de 15 dias após a formalização do ato ou contrato de atribuição da gestão do serviço, a entidade titular remete à ERSAR cópia do mesmo, informando sobre a data de transferência da responsabilidade pela gestão do sistema, identificando a área de intervenção do respetivo sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.

Artigo 11.º

Celebração de outros contratos relativos à gestão de serviço

1. A celebração de contratos de fornecimento de água para abastecimento público, de recolha de águas residuais ou de entrega e receção de resíduos urbanos com os utilizadores dos serviços e dos pactos sociais ou parassociais e dos protocolos que sejam relevantes para a atividade regulada apenas pode ter lugar após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, as entidades gestoras remetem à ERSAR as minutas dos contratos, dos pactos sociais ou parassociais e dos protocolos.
3. No prazo de 15 dias após a celebração dos contratos previstos no n.º 1, as entidades gestoras remetem à ERSAR cópia dos mesmos, salvo o disposto no número seguinte.
4. No caso de contratos de fornecimento e recolha com utilizadores finais é remetida à ERSAR a minuta final aprovada pela entidade titular do serviço, no prazo de 15 dias após a sua aprovação.

Artigo 12.º

Alteração de contratos relativos à gestão de serviços de titularidade estatal ou municipal

1. A revisão de contratos relativos à gestão de serviços de águas e resíduos apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a minuta e os anexos a alterar são enviados à ERSAR:

- a) Pela entidade titular, no caso de alteração unilateral do contrato;
 - b) Por ambas as partes, nos restantes casos.
3. Consideram-se incluídos no número anterior os contratos de concessão de serviços multimunicipais e municipais, os contratos de gestão delegada de serviço municipais, os contratos de parceria e de gestão, os contratos de fornecimento e de recolha com os utilizadores dos serviços, pactos sociais ou parassociais e outros acordos ou protocolos que sejam relevantes para a atividade regulada e modificação das participações sociais das entidades gestoras.
4. No caso de alteração de contratos de concessão de serviços municipais, o pedido de parecer à ERSAR é acompanhado de um relatório comparativo do histórico de cumprimento das obrigações de ambas as partes, do parecer da respetiva comissão de acompanhamento e, sempre que se trate da reposição do respetivo equilíbrio económico-financeiro, de um estudo de viabilidade económico-financeira, com o conteúdo exigido no Artigo 13.º, em formato de ficheiro de folha de cálculo editável.
5. O estudo de viabilidade económico-financeira a que se refere o número anterior deve ser preparado de forma a retratar cada evento justificativo da reposição do equilíbrio e o respetivo impacto, face ao cenário subjacente ao contrato de concessão em vigor.
6. No caso de alteração de contratos de gestão delegada de serviços municipais, o pedido de parecer à ERSAR é instruído com os elementos previstos no n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, incluindo um estudo de viabilidade económico-financeira, com o conteúdo exigido no Artigo 13.º, em formato de ficheiro de folha de cálculo editável.
7. No caso de alteração de contratos de concessão de serviços multimunicipais o pedido é acompanhado de evidências do impacto da alteração pretendida nas condições de prestação do serviço pela concessionária e pelas demais gestoras afetadas, nomeadamente ao nível dos aspetos a que se refere o n.º 3 do Artigo 8.º.
8. Quando a alteração a que se refere o número anterior resulte de uma modificação do âmbito geográfico da concessão, o pedido é ainda acompanhado da pronúncia de todos os

municípios envolvidos, para emissão de parecer prévio ao despacho reconhecendo o interesse público daquela alteração.

9. No prazo de 15 dias após a formalização da alteração contratual, a entidade gestora remete à ERSAR cópia da mesma.

Artigo 13.º

Comparador de modelos de gestão, estudo de viabilidade económico-financeira e plano de investimentos

1. O estudo que fundamenta a racionalidade económica e financeira acrescida face ao modelo de gestão vigente e que acompanha o pedido de parecer à ERSAR sobre a decisão de alteração do modelo de gestão denomina-se comparador de modelos de gestão.
2. O comparador de modelos de gestão contém, para cada uma das alternativas equacionadas, pressupostos comuns referentes, no mínimo, aos seguintes aspetos:
 - a) Identificação dos serviços, horizonte temporal e territorial;
 - b) Objetivos da qualidade de serviço e metas a atingir;
 - c) Pressupostos de natureza macroeconómica, demográfica e socioeconómica, publicados por entidades oficiais;
 - d) Pressupostos económico-financeiros e de atividade que dão origem aos estudos de viabilidade económica e financeira inerentes a cada modelo de gestão;
 - e) Estrutura tarifária e os incrementos máximos reais admitidos;
 - f) Cadastro e inventário das infraestruturas e equipamentos existentes com indicação do respetivo valor líquido contabilístico.
3. O comparador de modelos de gestão inclui ainda pressupostos que podem assumir cenários diferentes decorrentes das especificidades de cada um dos modelos de gestão equacionados, incluindo o atual, relativos a:

- a) Plano de investimentos alinhado com os planos estratégicos do sector, que inclua um cronograma físico e financeiro que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 1;
 - b) Plano de financiamento incluindo os mapas de serviço de dívida;
 - c) Demonstrações financeiras previsionais, como sejam demonstração de resultados, balanço, mapa de fluxos de caixa;
 - d) Partilha de riscos entre a entidade gestora e titular, se aplicável;
 - e) Partilha de benefícios com os utilizadores;
 - f) Participação de um parceiro privado, se aplicável.
4. Todos os pressupostos referidos nos n.ºs 2. 3. suportam os estudos de viabilidade económica e financeira subjacentes a cada modelo de gestão, que são apresentados à ERSAR em formato de folha de cálculo editável e nos termos do número seguinte.
5. Os estudos de viabilidade económico-financeira a que se refere o número anterior são apresentados a preços do ano da sua preparação (preços constantes) e a preços correntes de cada ano, utilizando, para o efeito, as taxas de variação médias anuais do Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) recomendadas pela ERSAR ou disponibilizados por fontes credíveis.
6. No caso de ser equacionado o modelo de gestão concessionada de serviços municipais, os pressupostos referidos no n.º 2 constituem aspetos não submetidos à concorrência, funcionando os aspetos referidos no n.º 3 como referenciais ou parâmetros base na análise das propostas apresentadas.
7. No caso de ser equacionado e adotado outro modelo de gestão, para além do referido no número anterior, o estudo de viabilidade económica e financeira e o plano de investimentos subjacentes ao cenário definido para esse modelo passam a constituir e reger a gestão do respetivo serviço.

Artigo 14.º

Aprovação de regulamentos de serviço público

1. A aprovação, pela entidade titular, de regulamentos de serviço público apenas pode ter lugar após a emissão de parecer da ERSAR ou após o decurso do respetivo prazo.
2. No caso de serviços municipais, a entidade titular envia à ERSAR o projeto de regulamento antes do final do período de consulta pública previsto no n.º 3 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, juntamente com informação sobre a data de início e de fim do procedimento de consulta pública.
3. No caso de serviços de titularidade estatal geridos por entidades de capitais maioritariamente públicos, a entidade gestora remete à ERSAR o respetivo projeto, acompanhado dos pareceres emitidos pelos municípios ou, findo o prazo para a sua emissão, de evidências em como os mesmos foram solicitados.
4. No prazo de 15 dias após a publicação do regulamento, a entidade gestora informa a ERSAR de tal facto, remetendo cópia do regulamento aprovado.
5. Para efeitos de aprovação pela ERSAR dos regulamentos de tratamento de resíduos urbanos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, a entidade gestora remete o respetivo projeto acompanhado dos pareceres emitidos pelos municípios utilizadores ou, findo o prazo para a sua emissão, de evidências da respetiva solicitação.
6. Os regulamentos a que se refere o número anterior são publicados pela entidade gestora no respetivo sítio da internet, no prazo de 10 dias contados da receção da decisão de aprovação da ERSAR.
7. Os projetos de regulamentos referidos no presente artigo são submetidos à ERSAR no prazo de um ano contado a partir da data de constituição da entidade gestora, ou, no caso de entidades gestoras já existentes e que não disponham ainda de regulamento aprovado, no prazo de um ano a contar da entrada em vigor do presente regulamento.
8. Os procedimentos referidos nos números anteriores são igualmente aplicáveis às modificações posteriores dos referidos regulamentos.

Artigo 15.º

Conteúdo mínimo dos regulamentos

1. O conteúdo dos regulamentos a que se refere o n.º 2 do artigo anterior obedece ao disposto na Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro.
2. Os regulamentos a que se referem o n.º 3 e 5 do artigo anterior devem conter normas sobre as seguintes matérias:
 - a) Objeto;
 - b) Âmbito de aplicação;
 - c) Legislação aplicável;
 - d) Definição dos conceitos adotados;
 - e) Direitos e obrigações da entidade gestora e dos utilizadores;
 - f) Identificação da entidade titular e da entidade gestora;
 - g) Procedimentos relativos à contratação;
 - h) Condições da prestação dos serviços;
 - i) Interrupção e suspensão dos serviços;
 - j) Faturação e cobrança dos serviços;
 - k) Fiscalização e sanções aplicáveis ao cumprimento das obrigações;
 - l) Procedimentos e meios disponíveis para a apresentação de reclamações e seu tratamento pela entidade gestora.
3. O regulamento de exploração relativo ao serviço de abastecimento de água para consumo humano deve ainda conter normas relativas a:
 - a) Obrigações, requisitos e condições técnicas de ligação ao sistema;
 - b) Metodologia de instalação dos medidores de caudal;
 - c) Fiscalização de sistemas.

4. O regulamento de exploração relativo ao serviço de saneamento de águas residuais deve ainda conter normas relativas a:
 - a) Obrigações, requisitos e condições técnicas de ligação ao sistema;
 - b) Condições gerais de utilização dos sistemas incluindo processo de autorização, condicionamentos e monitorização relativos a descargas de águas residuais industriais;
 - c) Requisitos de descarga, de acordo com a legislação em vigor, e meios disponíveis para os utilizadores acederem a essa informação.
5. O regulamento de tratamento de resíduos urbanos deve ainda conter normas relativas a:
 - a) Atendimento ao público e horário de funcionamento para as instalações onde este exista;
 - b) Tipologia de resíduos a gerir;
 - c) Operações de gestão de resíduos e caracterização do sistema;
 - d) Gestão do serviço de recolha seletiva, incluindo nomeadamente:
 - i) Tipo de equipamento e condições de utilização;
 - ii) Dimensionamento e localização, instalação e/ou colocação dos equipamentos de deposição;
 - iii) Tipos de recolha e transporte;
 - e) Utilização de infraestruturas de receção de resíduos, incluindo nomeadamente requisitos de acesso, classificação de resíduos admissíveis e horário de utilização.

Artigo 16.º

Autorização para novos investimentos não contemplados no contrato de concessão

1. Quando, no âmbito de concessões de serviços de titularidade estatal geridos por entidades de capitais maioritariamente públicos, se verifique, por razões excecionais e imprevisíveis, a necessidade de realização de investimentos não contemplados no contrato de concessão ou

distintos dos aí previstos, a autorização do concedente apenas pode ter lugar após a emissão de parecer da ERSAR ou após o decurso do respetivo prazo.

2. Para os efeitos previstos no número anterior, a entidade gestora, em simultâneo com a apresentação do pedido de autorização ao concedente, até 31 de maio de cada ano, submete a parecer da ERSAR o conjunto de todos os investimentos cujo início de execução física ou financeira esteja previsto para o ano seguinte.
3. O pedido referido no número anterior deve incluir os seguintes elementos:
 - a) Fundamentação da necessidade e oportunidade para realização de cada um dos investimentos, a nível de estudo prévio ou similar, apresentando as soluções alternativas estudadas, nomeadamente nas vertentes ambiental, técnica e económica, incluindo as estimativas de custos de investimento e de exploração, com base nos custos unitários de referência publicados pela ERSAR;
 - b) Indicação e justificação do valor de cada um dos investimentos e do calendário previsto para a sua realização;
 - c) Peças desenhadas, se aplicável;
 - d) Análise incremental do impacto de cada um dos investimentos na concessão, suportado em adequadas projeções económico-financeiras, incluindo as fontes de financiamento, o mapa de serviço da dívida e a calendarização financeira do investimento total, e projeções de atividade, com eventuais alterações das taxas de acessibilidade e da procura.
 - e) A análise incremental referida no número anterior deve evidenciar o impacto de cada um dos novos investimentos na tarifa média da concessão.
4. No caso das entidades gestoras abrangidas pelos Decretos-Lei n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio, o pedido é ainda acompanhado do parecer do conselho consultivo da concessão.

5. O parecer da ERSAR tem em conta a necessidade demonstrada para o investimento e a verificação das condições de equilíbrio económico e financeiro da concessão, indicando ainda, quando aplicável, os aspetos que entende que devem ser alterados.
6. Das decisões tomadas sobre os pedidos referidos no n.º 1 é dado conhecimento à ERSAR, no prazo de 15 dias após a respetiva emissão.
7. O prazo previsto no n.º 2 não é aplicável em caso de necessidade urgente de realização de um investimento, por razões ponderosas de continuidade do serviço, de saúde pública ou ambientais, sendo o parecer da ERSAR solicitado em simultâneo com a apresentação do pedido de autorização ao concedente.
8. No caso de concessões de serviços multimunicipais de resíduos atribuídas a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, a aprovação de cada um dos investimentos é feita no âmbito do procedimento de definição de proveitos permitidos regulados pelo Regulamento Tarifário e pelo Artigo 25.º do presente regulamento.

Artigo 17.º

Projetos de construção de infraestruturas de concessionárias de serviços multimunicipais e respetivas alterações

1. Os projetos de construção de infraestruturas afetas à concessão, bem como as respetivas alterações, no caso de concessões de serviços multimunicipais geridos por entidades de capitais maioritariamente públicos, estão sujeitos a aprovação pela ERSAR nos termos do procedimento previsto nos números seguintes.
2. Para os efeitos previstos no número anterior consideram-se projetos de construção os projetos referentes à instalação de equipamentos essenciais ao funcionamento das infraestruturas afetas à concessão.

3. Estão dispensados da aprovação prevista no n.º 1 os projetos que cumulativamente, apresentem um valor orçamentado até € 500.000,00 desde que não resultem de fracionamento de projetos;
4. Para os efeitos previstos no n.º 1, a entidade gestora remete à ERSAR o projeto de construção a implementar, com um nível de detalhe que permita a sua avaliação segundo os critérios referidos no n.º 6, incluindo:
 - a) Memória descritiva e justificativa;
 - b) Estimativa orçamental dos trabalhos previstos;
 - c) Peças desenhadas, das quais devem ser remetidas em formato papel:
 - i) Planta de localização à escala adequada;
 - ii) Perfil hidráulico, se aplicável;
 - iii) Diagrama linear, no caso de estações de tratamento de água ou de águas residuais, ou de fluxos (balanço de massas), quando aplicável;
 - iv) Corte representativo das instalações especiais, quando aplicável.
5. O projeto deve ainda ser acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Ficha descritiva de acordo com o modelo mais atual disponibilizado pela ERSAR;
 - b) Prova da autorização de investimento pelo concedente, no caso de o projeto não se encontrar previsto no âmbito do contrato de concessão ou no caso de ser distinto do nele previsto;
 - c) Justificação de eventuais desvios relativamente ao valor previsto no contrato de concessão ou ao valor autorizado nos termos do Artigo 16.º;
 - d) Caso haja alteração substancial aos pressupostos do investimento autorizado, análise incremental do impacto do investimento no equilíbrio da concessão, suportado em adequadas projeções económico-financeiras, incluindo as fontes de financiamento, o mapa de serviço da dívida e a calendarização financeira do investimento total,

evidenciando o impacto do investimento na trajetória tarifária para o período remanescente da concessão;

- e) Parecer da Câmara Municipal territorialmente competente, ou evidências da sua solicitação, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, quando aplicável;
 - f) Listagem dos procedimentos de licenciamento em curso ou já concluídos relativos à localização da infraestrutura;
 - g) Informação sobre o processo de licenciamento da utilização do domínio hídrico, se aplicável.
6. A decisão de aprovação depende da avaliação da razoabilidade da solução técnica geral proposta, da mais-valia que a infraestrutura projetada confere ao sistema, da adequação temporal da execução da infraestrutura projetada e da razoabilidade dos custos de investimento e de exploração orçamentados e respetiva conformidade com o montante de investimento autorizado, de acordo com os seguintes critérios:
- a) Correspondência com o projeto global: é feita a comparação da conceção da infraestrutura projetada com a prevista no projeto global; sempre que a conceção da infraestrutura projetada introduzir alterações na configuração do sistema previsto no projeto global, são avaliadas as razões técnicas e ou económicas que fundamentam a tomada de decisão quanto às alterações;
 - b) Mais-valia da infraestrutura projetada: é avaliada a mais-valia que a infraestrutura projetada confere ao sistema global, expressa, nomeadamente, em termos de aumento da cobertura da população e da melhoria da qualidade do serviço prestado aos utilizadores;
 - c) Adequação temporal da execução da infraestrutura projetada: é avaliada a oportunidade da execução da infraestrutura projetada numa perspetiva de sequência lógica de programação temporal da construção do sistema global, traduzida não só pela

coordenação do lançamento das obras a nível do próprio sistema, mas também pela articulação com as ações a levar a efeito pelos municípios utilizadores;

- d) Conção da infraestrutura projetada: é avaliada a razoabilidade da solução técnica geral proposta, num quadro de otimização de custos; neste contexto, sempre que se trate de uma estação de tratamento, é avaliada a satisfação dos requisitos técnicos dessa solução impostos pelas entidades licenciadoras no que respeita, consoante os casos, à captação de água para abastecimento e à rejeição de água residual, sendo também verificados os condicionalismos impostos por estudos de impacto ambiental;
 - e) Custos: é avaliada a razoabilidade dos custos de investimento e de exploração (nos serviços de águas aplicável apenas a estações de tratamento de água para consumo humano e de águas residuais) orçamentados a nível do projeto, nomeadamente por via da comparação dos respetivos custos unitários com os correspondentes de outras infraestruturas similares;
 - f) Impacto do investimento na tarifa: é avaliado o impacto de cada um dos novos investimentos na trajetória tarifária para o período remanescente da concessão, suportado em adequadas projeções económico-financeiras, incluindo fontes de investimentos, o mapa de serviço de dívida e a calendarização financeira do investimento total.
7. O procedimento de contratação da empreitada para execução de um projeto de construção de infraestruturas só pode ser iniciado após a emissão da decisão de aprovação da ERSAR ou decorrido o prazo de 60 dias contados a partir da sua receção na ERSAR.
8. O procedimento previsto neste artigo não dispensa a necessidade de obtenção de autorização do concedente para a realização de investimentos não previstos no âmbito do contrato de concessão ou distintos do aí previsto.
9. A aprovação do projeto fica condicionada a nova autorização do concedente sempre que a respetiva estimativa orçamental apresente um desvio significativo relativamente ao montante inicialmente autorizado ou represente um impacto superior a 5% na tarifa média

do período remanescente da concessão, a preços correntes, face ao contrato de concessão em vigor.

10. Para efeitos do número anterior consideram-se desvios significativos da estimativa orçamental face ao montante inicialmente autorizado, os que ultrapassem os seguintes limiares:
- a) 50% no caso de projetos de valor orçamentado entre [€ 500.000 e € 1.000.000];
 - b) 25% no caso de projetos de valor orçamentado entre [€ 1.000.000 e € 5.000.000];
 - c) 10% no caso de projetos cujo valor orçamentado ultrapasse € 5.000.000.

Artigo 18.º

Pareceres facultativos a pedido da entidade titular dos serviços

1. Sempre que uma entidade gestora submeta a autorização ou aprovação da respetiva entidade titular um pedido não previsto nos artigos anteriores, a entidade titular pode solicitar o parecer da ERSAR, o qual é emitido no prazo de 30 dias contados da receção do pedido.
2. Quando, nos termos do contrato de concessão, seja necessária a aprovação da instalação de medidores de caudal após a integração ou conclusão de subsistemas de serviços multimunicipais de água e de saneamento, o pedido de parecer é acompanhado da planta de localização evidenciando a posição relativa dos medidores de caudal face ao ponto de entrega ou recolha, do certificado de calibração dos medidores e do acordo prévio dos municípios utilizadores.
3. A entidade titular informa a ERSAR da decisão tomada na sequência do parecer emitido, num prazo de 30 dias após a respetiva adoção.

Artigo 19.º

Atividades acessórias ou complementares

1. A ERSAR emite parecer sobre o pedido de exercício de atividades acessórias ou complementares por entidades gestoras de serviços multimunicipais concessionados, no qual avalia o cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos por parte da concessionária:
 - a) Habilitação jurídica, técnica e funcional;
 - b) Manutenção da exploração e da gestão do sistema multimunicipal como atividade principal, não implicando o exercício da atividade complementar a antecipação de investimentos nas infraestruturas partilhadas;
 - c) Autossuficiência da atividade complementar com possibilidade de obtenção de benefícios para a atividade principal.
2. Para efeitos de verificação dos requisitos mencionados no número anterior, o pedido de parecer deve ser instruído com os seguintes elementos:
 - a) Caracterização das atividades a exercer;
 - b) Licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento das atividades, bem como evidências da capacidade técnica para o exercício das mesmas, designadamente infraestruturas e equipamento compatíveis e adequados e pessoal devidamente habilitado;
 - c) Identificação do volume de atividade e faturação prevista;
 - d) Estudo de viabilidade económica e financeira que comprove a sustentabilidade das atividades a desenvolver.
 - e) Identificação de eventuais subsídios atribuídos às infraestruturas a afetar.
3. Após a autorização do exercício de atividades acessórias ou complementares ERSAR monitoriza o cumprimento dos requisitos referidos no n.º 1, assim como a manutenção de contabilidade analítica autonomizada para as mesmas.

4. No caso de concessões de serviços multimunicipais de resíduos abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 11 de julho, o parecer da ERSAR é obrigatório e deve ser solicitado pela entidade gestora, cabendo ao concedente apresentar tal pedido nos demais casos.

Artigo 20.º

Extinção de contratos relativos à gestão de serviços

1. A decisão de extinção de um contrato relativo à gestão de serviços de titularidade estatal ou municipal apenas pode ter lugar após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do prazo.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a entidade titular envia à ERSAR o pedido de parecer acompanhado do respetivo projeto de decisão, devidamente fundamentado.
3. A fundamentação referida no número anterior deve traduzir-se:
 - a) No caso de rescisão, na indicação das obrigações contratuais não cumpridas pela entidade gestora e das respetivas consequências na prestação do serviço aos utilizadores;
 - b) No caso de resgate da concessão ou de revogação do contrato de gestão delegada, na apresentação de evidências do interesse público justificativo do mesmo, com explicitação das razões para o resgate ou para a revogação, designadamente em termos de qualidade ou eficiência do serviço prestado, bem como do cálculo da indemnização devida à concessionária ou ao eventual parceiro privado na empresa municipal delegatária;
 - c) No caso de revogação de contrato de concessão por acordo entre as partes, na explicitação das condições de natureza jurídica e financeira pelas quais se processa a extinção da relação contratual, bem como na identificação e comparação de todas as alternativas possíveis em termos de encargos para o município e para os utilizadores.
4. Em qualquer das situações previstas no presente artigo, o projeto de decisão é ainda acompanhado da identificação dos bens, dos trabalhadores e demais direitos e obrigações associados à gestão do serviço que se transferem para a entidade titular.

5. No prazo de 15 dias após a formalização da extinção da concessão, da gestão delegada, da parceria ou de outro contrato relativo à gestão de serviços multimunicipais ou municipais, a entidade titular informa a ERSAR sobre a data de produção de efeitos da mesma.

Artigo 21.º

Obrigações de informação sobre bens e infraestruturas

1. As entidades gestoras de serviços multimunicipais de capitais maioritariamente públicos enviam à ERSAR toda a informação necessária ao acompanhamento da sua atividade, nomeadamente:
 - a) Inventário dos bens afetos aos serviços concessionados, três anos após a outorga do contrato, no ano da conclusão do investimento inicial e três anos antes do termo da concessão, nos termos e com o conteúdo previsto na Base X, anexa ao Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de novembro, na Base XI, anexa ao Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, e na Base XI, anexa ao Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, certificado por auditor independente, o qual não pode certificar mais de dois documentos consecutivos;
 - b) Relatório técnico referente à aptidão funcional, segurança e estado de conservação das principais infraestruturas e equipamentos necessários à prestação sustentável dos serviços concessionados, até ao final do mês de abril do último ano de cada período quinquenal contado da data de assinatura do contrato de concessão, nos termos e com o conteúdo previsto na Base X, anexa ao Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de novembro, na Base XI, anexa ao Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, e na Base XI, anexa ao Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, certificado por auditor independente, o qual não pode certificar mais de dois documentos consecutivos.
 - c) Relatório sobre o estado de avanço das obras durante toda a fase de construção das infraestruturas dos serviços concessionados, no prazo de 3 meses contados do termo de cada semestre civil, conforme previsto no n.º 4 da Base XXVI, anexa ao Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de novembro, no n.º 4 da Base XIX, anexa ao Decreto-Lei n.º 319/94,

de 24 de dezembro, e no n.º 4 da Base XIX, anexa ao Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro;

- d) Ponto de situação dos investimentos dos serviços concessionados, nomeadamente o planeamento anual e investimentos realizados e sua correspondência com o Projeto Global, até 30 de maio de cada ano e de acordo com o formato definido no anexo 2.
2. As entidades gestoras de serviços multimunicipais de abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.ºs 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, enviam à entidade reguladora:
- a) O inventário a que se refere a alínea a) do número anterior, certificado por auditor independente, o qual não pode certificar mais do que dois documentos consecutivos, com a seguinte periodicidade:
 - i) Cinco anos após a data de outorga do contrato;
 - ii) No ano seguinte ao da conclusão do investimento inicial;
 - iii) Três anos antes do termo da concessão;
 - b) Os relatórios a que se referem as alíneas b) e c) do número anterior, sendo que, no que se refere ao primeiro, para além da periodicidade ali prevista, é ainda entregue até 30 de junho do último ano da concessão.
 - c) Ponto de situação dos investimentos dos serviços concessionados, nomeadamente o planeamento anual e investimentos realizados e sua correspondência com o Projeto Global, até 30 de maio de cada ano e de acordo com o formato definido no anexo 2.
3. As entidades gestoras de serviços multimunicipais de gestão de resíduos, abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, enviam à entidade reguladora:
- a) Relatório técnico referente à aptidão funcional, segurança, estado de conservação das principais infraestruturas e equipamentos necessários à prestação sustentável dos serviços, até ao final do mês de dezembro do penúltimo ano de cada período regulatório

previsto no regulamento tarifário certificado por auditor independente, o qual não poderá certificar mais do que dois documentos consecutivos;

- b) Informação anual sobre o abate ao inventário de bens e direitos que tenham perdido utilidade para a concessão, até 31 de dezembro.
4. As entidades gestoras de serviços de águas e resíduos de titularidade municipal que atuem ao abrigo de contratos de gestão delegada ou de concessão enviam à entidade reguladora os quadros de monitorização dos investimentos constantes do anexo 3, até 31 de maio de cada ano.
5. As principais infraestruturas a considerar para efeitos do relatório técnico de aptidão funcional referido nos números 1 a 3 são:
- a) No caso do abastecimento de água, as barragens, as captações, as instalações de tratamento de água, as condutas/adutoras, as estações elevatórias, os reservatórios, as câmaras de válvulas e as câmaras de medição de caudal;
 - b) No caso do saneamento de águas residuais, os coletores/emissários/interceptores, as estações elevatórias, as câmaras de válvulas, as câmaras de medição de caudal, as bacias de retenção e as instalações de tratamento de águas residuais;
 - c) No caso da gestão de resíduos, as de tratamento de resíduos urbanos, tais como: incineração; tratamento mecânico e/ou biológico e aterro, estações de transferência, ecocentros, viaturas afetas ao serviço, ecopontos, e todos os outros equipamentos afetos à atividade principal.
6. O relatório técnico de aptidão funcional deve incluir a avaliação do estado ou condição das infraestruturas e equipamentos, nas componentes de construção civil, de equipamentos eletromecânicos, de instalações elétricas e de instrumentação e informação que ateste o cumprimento dos planos de manutenção evidenciando as prioridades de reabilitação e/ou substituição e sua respetiva calendarização e indique as medidas executadas, bem como as necessárias para resolução dos problemas identificados

7. O procedimento a utilizar na avaliação do estado de conservação das infraestruturas é definido pela entidade gestora no início de quinquénio e submetido a parecer prévio vinculativo da entidade reguladora.
8. A certificação do relatório técnico de aptidão funcional por auditor independente abrange o procedimento de avaliação adotado pela entidade gestora.

Artigo 22.º

Obrigações gerais de informação

1. Sem prejuízo das informações de carácter específico exigidas no presente regulamento, as entidades gestoras de serviços multimunicipais de capitais maioritariamente públicos enviam à ERSAR toda a informação necessária ao acompanhamento da sua atividade, nomeadamente:
 - a) Ponto de situação anual relativo ao exercício de atividades acessórias e complementares, até 30 de setembro de cada ano;
 - b) Relatórios anuais de exploração dos serviços municipais, até 30 de abril de cada ano, sempre que exigido pelos respetivos contratos relativos à prestação do serviço.
2. Sem prejuízo das informações de carácter específico exigidas no presente regulamento, as entidades gestoras de serviços multimunicipais de abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.ºs 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, enviam à entidade reguladora um documento, com periodicidade anual a contar da data da outorga do respetivo contrato de concessão, com informação técnica, operacional, económica e financeira relativa à atividade desenvolvida e por referência aos indicadores de atividade e desempenho considerados relevantes no âmbito do quadro regulatório e aos objetivos de serviço público definidos no contrato de concessão;
3. Sem prejuízo das informações de carácter específico exigidas no presente regulamento, as entidades gestoras de serviços de águas e resíduos de titularidade municipal enviam à entidade reguladora:

- a) Evidências da implementação dos sistemas de garantia de qualidade do serviço prestado, de gestão patrimonial de infraestruturas, de gestão de segurança para emergências e contingências, de gestão ambiental e de gestão da segurança e saúde no trabalho exigidos pelo n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, se aplicável, no prazo de 30 dias contados da conclusão da respetiva implementação ou dos seus principais desenvolvimentos;
 - b) Evidências do cumprimento da obrigação de disponibilização de informação aos utilizadores através do respetivo sítio da internet, nos termos exigidos no artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, no prazo de 30 dias contados da disponibilização de cada atualização;
 - c) Informação relativa à autorização do exercício de atividades acessórias e complementares, no caso de serviços municipais delegados ou concessionados, nos termos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 24.º e no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, no prazo de 30 dias contados da respetiva autorização.
4. O concedente de serviços municipais envia à ERSAR cópia da notificação de sequestro da respetiva concessão remetida ao concessionário, simultaneamente com o envio da referida notificação, nos termos previstos no artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.
5. A comissão de acompanhamento das concessões de serviços municipais envia à ERSAR, até ao termo do primeiro trimestre do ano seguinte ao que diz respeito, o relatório anual de execução do contrato de concessão, conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.
6. As entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos que celebrem contratos de prestação de serviços para a realização das atividades de recolha indiferenciada, recolha seletiva e lavagem de contentores dão conhecimento dos mesmos à ERSAR no prazo de 15 dias a contar da sua celebração.

7. As entidades gestoras e as entidades titulares remetem ainda à ERSAR qualquer outra informação entendida como necessária ou conveniente para o exercício da atividade regulatória e para a caracterização geral do sector, que seja solicitada pela ERSAR, em prazo por esta fixado, não inferior a 15 dias.
8. As entidades gestoras e as entidades titulares são responsáveis por manter atualizada a informação reportada à ERSAR, comunicando qualquer alteração que seja relevante no prazo de 15 dias úteis contados da sua ocorrência.
9. A ERSAR promove a articulação necessária com as restantes entidades da administração pública com responsabilidades na recolha de informação, de forma a minimizar e racionalizar o fornecimento de informação pelas entidades gestoras e titulares.

Secção II

Ciclo de regulação comportamental em matéria económica

Artigo 23.º

Análise de orçamentos e projetos tarifários de serviços de titularidade estatal

1. A aprovação pela ERSAR dos orçamentos e projetos tarifários (OPT) de entidades gestoras de serviços de titularidade estatal e de capitais maioritariamente públicos segue o procedimento descrito nos números seguintes, com exceção das entidades gestoras mencionadas no n.º 8.
2. Até 31 de julho do ano anterior àquele a que respeita a proposta tarifária, a ERSAR remete a todas as entidades gestoras um conjunto de recomendações gerais para efeitos de elaboração das propostas de orçamento e projetos tarifários, incluindo previsão de indicadores económicos.
3. As entidades gestoras enviam à ERSAR as propostas de orçamento e os projetos tarifários, até 30 de setembro do ano anterior àquele a que respeita a proposta tarifária.

4. A proposta referida no número anterior é elaborada tendo em conta as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as constantes da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro, assim como as recomendações da ERSAR, sendo acompanhada de relatório que fundamenta as respetivas projeções.
5. Os investimentos não previstos no âmbito do contrato de concessão só podem ser inscritos em OPT se tiverem sido autorizados pelo concedente, nos termos previstos no Artigo 16.º.
6. Antes da tomada de decisão final sobre a proposta de OPT, a ERSAR notifica a entidade gestora do respetivo projeto de decisão para efeitos de exercício do direito de audiência prévia por um prazo não inferior a 10 dias.
7. A ERSAR aprova a tarifa e o orçamento no prazo de 60 dias contados da receção do pedido, comunicando a sua decisão à entidade gestora e publicando-a no seu sítio da internet.
8. As entidades gestoras de serviços multimunicipais de abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.ºs 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, enquanto permanecerem no período de convergência tarifária nos termos aí previstos, enviam à ERSAR, para ratificação as propostas de atualização tarifária, até 31 de agosto do ano anterior ao da sua aplicação.
9. As atualizações tarifárias mencionadas no número anterior são ratificadas pela ERSAR até 30 de setembro e comunicadas às respetivas entidades gestoras, assim como publicadas no sítio da internet da ERSAR.

Artigo 24.º

Definição dos desvios de recuperação de gastos

1. A ERSAR intervém na definição do desvio de recuperação de gastos (DRG) previstos nos contratos de concessão celebrados entre o Estado português e entidades gestoras de serviços multimunicipais de abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.ºs 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, de acordo com o procedimento descrito nos números seguintes.

2. As entidades gestoras submetem até 30 de setembro do ano anterior ao da sua execução, as propostas de orçamento à ERSAR para aprovação.
3. Antes da tomada de decisão final sobre a proposta de orçamento a ERSAR notifica a entidade gestora do respetivo projeto de decisão para efeitos de exercício do direito de audiência prévia por um prazo não inferior a 10 dias.
4. A ERSAR aprova o orçamento num prazo de 30 dias a contar da data da submissão, definindo os indicadores e/ou valores que servirão de base para o cálculo dos desvios de recuperação de gastos, nos termos do artigo seguinte.
5. Até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita o orçamento, e sem prejuízo de outros que se venham a revelar necessários, a entidade gestora remete à ERSAR os seguintes elementos:
 - a) Comparação dos gastos e proveitos a inscrever nas contas da entidade gestora com os aprovados em sede de aprovação do orçamento, contemplando informação sobre os indicadores e/ou valores definidos pela ERSAR nos termos do n.º 2 do artigo anterior;
 - b) Relatório justificativo das diferenças apresentadas.
6. Antes da tomada de decisão final sobre a proposta de DRG, a ERSAR notifica a entidade gestora do respetivo projeto de decisão para efeitos de exercício do direito de audiência prévia por um prazo não inferior a 10 dias.
7. Até ao final do mês de fevereiro aprova o montante de desvios de gastos a registar pela entidade gestora nas respetivas contas.

Artigo 25.º

Definição de proveitos permitidos

1. A definição dos proveitos permitidos no âmbito de serviços multimunicipais de gestão de resíduos, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, segue o procedimento descrito nos números seguintes.

2. A ERSAR comunica às entidades gestoras, até 1 de janeiro do ano anterior ao início de cada período de regulação, a proposta de parâmetros genéricos relativos ao sector, nomeadamente, a taxa de juro sem risco, a estrutura de financiamento regulatória, o beta do sector, o prémio de risco, a taxa de remuneração dos capitais alheios e as taxas de variação do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor, para efeitos do exercício do direito de audiência prévia.
3. As entidades gestoras podem apresentar à ERSAR comentários sobre a proposta de parâmetros até 15 de janeiro.
4. Ponderando os comentários que sejam apresentados pelas entidades gestoras, a ERSAR publica no respetivo sítio da internet, até 31 de janeiro do ano anterior a cada período de regulação, os parâmetros relativos ao sector.
5. Para efeitos de determinação dos proveitos permitidos, as entidades gestoras remetem à ERSAR, até 31 de janeiro do ano anterior ao início de cada período de regulação, uma proposta de execução física e financeira de investimentos nesse período regulatório.
6. A proposta de investimentos a executar referida no número anterior é instruída dos seguintes elementos para cada investimento:
 - a) Fundamentação da necessidade e oportunidade para realização de cada um dos investimentos propostos (novos e de substituição), apresentando as soluções alternativas estudadas, incluindo cálculos auxiliares, para o apuramento dos rendimentos e gastos incrementais e respetiva desagregação das parcelas consideradas para o efeito;
 - b) No caso de investimentos em infraestruturas afetas à exploração destinados a aumentar ou a repor a capacidade do sistema, o estudo de soluções alternativas referido na alínea anterior deve incluir a análise da viabilidade de utilização das infraestruturas de outros sistemas que apresentem capacidade ociosa;
 - c) Parecer da Autoridade Nacional de Resíduos sobre os investimentos propostos;
 - d) Indicação e justificação do valor de cada um dos investimentos e do calendário previsto para a sua realização;

- e) Peças desenhadas, se aplicável;
 - f) Análise incremental do impacto de cada um dos investimentos na concessão, suportada em projeções económico-financeiras, incluindo as fontes de financiamento, o mapa de serviço da dívida e a calendarização financeira do investimento, bem como as projeções dos custos de exploração incrementais associados.
7. A ERSAR faz, até 15 de março do mesmo ano, uma apreciação preliminar sobre a proposta apresentada de investimentos a executar, tendo por base os planos estratégicos para o sector, nomeadamente as capacidades definidas para a área de influência geográfica do investimento em causa e o cumprimento dos objetivos de serviço público definidos para cada entidade gestora.
 8. As entidades gestoras remetem à ERSAR, até 30 de abril do ano anterior a cada período de regulação, a informação previsional relativa às atividades reguladas e não reguladas, tendo em conta a apreciação preliminar feita pela ERSAR aos investimentos propostos e seguindo o modelo de reporte definido pela ERSAR no Documento Complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR).
 9. Com base no reporte de informação referido no número anterior, a ERSAR elabora e comunica às entidades gestoras, até 15 de agosto do ano anterior a cada período de regulação, uma proposta de proveitos permitidos, que incorpora os investimentos aceites para esse período e os parâmetros específicos considerados para cada entidade gestora.
 10. As entidades gestoras, no exercício do seu direito de audiência prévia, podem apresentar à ERSAR comentários sobre a proposta referida no número anterior até 15 de setembro.
 11. Ponderando os comentários que sejam apresentados pelas entidades gestoras, a ERSAR define e publica no respetivo sítio da internet, até 30 de setembro desse mesmo ano, os proveitos permitidos para o período de regulação seguinte e a tarifa do primeiro ano do mesmo.
 12. Com base no reporte de informação económico-financeira a que se refere o Artigo 30.º e para efeitos de incorporação dos ajustamentos aos proveitos permitidos definidos para os

anos intermédios do período regulatório, a ERSAR elabora e comunica às entidades gestoras, para efeitos do exercício de audiência prévia, até 15 de agosto de cada ano do período de regulação, uma proposta de revisão proveitos permitidos e a tarifa para o respetivo ano subsequente.

13. Ponderando os comentários que sejam apresentados até 15 de setembro, a ERSAR define e publica no respetivo sítio da internet, até 30 de setembro desse mesmo ano, os proveitos permitidos ajustados do ano t-2 e a tarifa para o ano subsequente.
14. A ERSAR pode iniciar um processo de revisão excecional dos parâmetros relativos ao período de regulação em curso, por sua iniciativa ou na sequência de aceitação de pedido efetuado pelas entidades gestoras, com fundamento em circunstâncias excecionais que afetem significativamente as expectativas de evolução dos parâmetros.
15. No processo de revisão excecional dos parâmetros, é concedido às entidades gestoras um prazo de 15 dias para apresentação de comentários, no âmbito do direito de audiência prévia, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 4
16. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, podem ainda ser submetidos à ERSAR, no decurso do período regulatório, pedidos de alterações aos investimentos aceites, quando justificados por razões ponderosas de continuidade do serviço, saúde pública ou ambientais, devendo os mesmos ser acompanhados dos elementos previstos nas alíneas a), c), d) e e) do n.º 6.

Artigo 26.º

Revisão anual do tarifário de serviços municipais geridos por contrato

1. A ERSAR intervém no ciclo anual de revisão tarifária de serviços municipais geridos por contrato, de concessão ou de gestão delegada, incluindo os contratos celebrados no âmbito de parcerias previstas no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, de acordo com o procedimento descrito nos números seguintes.

2. As entidades gestoras, ou as entidades titulares caso tal esteja previsto no contrato de concessão, remetem à ERSAR a proposta de revisão tarifária para o ano seguinte:
 - a) Até 15 de outubro no caso de prestação de serviços a utilizadores finais;
 - b) Até 1 de agosto no caso de prestação de serviço a municípios utilizadores.
3. A proposta é acompanhada de nota justificativa, salvaguardando o disposto na legislação aplicável, no contrato e nas recomendações da entidade reguladora.
4. A ERSAR aprecia e remete parecer sobre a proposta de revisão tarifária ao concedente ou delegante e à entidade gestora, consoante os casos.
5. Os tarifários são aprovados pelo concedente ou delegante até ao termo do mês de setembro ou novembro do ano civil anterior àquele a que respeitem, consoante se trate respetivamente de serviços prestados a entidades gestoras ou utilizadores finais.
6. A deliberação de aprovação da revisão tarifária só pode ser tomada pela entidade titular dos serviços após a emissão de parecer da ERSAR ou no decurso do respetivo prazo.
7. No prazo de 15 dias contados da aprovação da atualização tarifária, as entidades gestoras remetem à ERSAR, através do Módulo de Regulação Económica do Portal da ERSAR, cópia do tarifário, da deliberação que o aprovou, bem como informação para avaliação da conformidade do tarifário com as recomendações da ERSAR, de acordo com o solicitado no Portal da ERSAR.
8. A ERSAR publica as tarifas aprovadas no respetivo Portal e sítio da internet.
9. No caso de entidades gestoras delegatárias que ainda não disponham do respetivo contrato de gestão delegada, o procedimento de emissão de parecer sobre as respetivas tarifas segue o disposto no Artigo 28.º.

Artigo 27.º

Revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária em serviços municipais geridos por contrato de gestão delegada

1. No caso de revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária de entidades gestoras delegatárias, prevista no n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a entidade delegante remete à ERSAR a proposta apresentada pela entidade gestora para emissão de parecer.
2. A proposta é acompanhada de relatório que fundamenta a nova trajetória tarifária.
3. A ERSAR aprecia e remete à entidade delegante e à entidade gestora parecer sobre a proposta de revisão extraordinária da trajetória tarifária.
4. A proposta referida nos números anteriores só pode ser autorizada pela entidade delegante no caso de ser emitido parecer favorável pela ERSAR, nos termos previsto no n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
5. No prazo de 15 dias contados da data da autorização da revisão extraordinária intercalar da trajetória tarifária, as entidades gestoras remetem à ERSAR, através do Módulo de Regulação Económica do Portal da ERSAR, cópia do tarifário, da deliberação que o aprovou, bem como informação para avaliação da conformidade do tarifário com as recomendações da ERSAR, de acordo com o solicitado no Portal da ERSAR.
6. A ERSAR publica as tarifas aprovadas nos respetivos Portal e sítio da internet.

Artigo 28.º

Revisão anual do tarifário de serviços municipais geridos sem contrato

1. A ERSAR intervém no ciclo anual de revisão tarifária de serviços municipais geridos sem contrato, com vista a avaliar o nível de cumprimento das recomendações em matéria tarifária, de acordo com o procedimento descrito nos números seguintes.
2. Até 31 de julho de cada ano, a ERSAR publica no respetivo Portal um conjunto de recomendações gerais para efeitos das atualizações tarifárias para o ano seguinte, incluindo

previsão de indicadores macroeconómicos e, no caso de serviços de gestão de resíduos urbanos prestados a utilizadores finais, os intervalos de variação dos parâmetros de distribuição de receitas, nos termos do n.º 2 do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.

3. As entidades gestoras submetem à ERSAR através do Módulo de Regulação Económica do Portal da ERSAR a proposta de revisão tarifária para o ano seguinte:
 - a) Até 15 de outubro no caso de prestação de serviços a utilizadores finais;
 - b) Até 15 de agosto no caso de prestação de serviço aos municípios utilizadores.
4. Os tarifários são aprovados órgãos competentes para o efeito até ao termo do mês de setembro ou novembro do ano civil anterior àquele a que respeitam consoante se trate respetivamente de serviços prestados a entidades gestoras ou utilizadores finais.
5. A deliberação de revisão do tarifário só pode ser tomada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.
6. No prazo de 15 dias contados da data de aprovação da revisão do tarifário, as entidades gestoras remetem à ERSAR, através do Módulo de Regulação Económica do Portal da ERSAR, cópia do tarifário, da deliberação que o aprovou, bem como informação para avaliação da conformidade com as recomendações da ERSAR, de acordo com o solicitado no Portal da ERSAR.
7. A ERSAR publica as tarifas aprovadas no respetivo Portal e sítio da internet.

Artigo 29.º

Fiscalização do cumprimento das regras tarifárias

1. No decorrer do exercício económico em que vigoram os tarifários aprovados para os serviços municipais, a ERSAR pode, com vista à apreciação do grau de cumprimento das recomendações que emitiu:

- a) Solicitar a fundamentação do tarifário aprovado, incluindo a apresentação de informação relevante para avaliação do grau de recuperação de custos de acordo com o modelo disponível no Módulo de Regulação Económica do Portal da ERSAR;
 - b) Realizar auditorias nos termos definidos Artigo 40.º do presente regulamento.
2. Quando a ERSAR considere, com base na informação disponível, que existem indícios de que as tarifas aprovadas não cumprem a legislação e regulamentação aplicáveis, aplica-se o seguinte procedimento:
 - a) A ERSAR fixa à entidade gestora um prazo não inferior a 10 dias para prestar informações adicionais justificativas das tarifas aprovadas, descrevendo as dúvidas quanto à conformidade com as regras de construção das tarifas;
 - b) Até 20 dias após a prestação de informações adicionais a que se refere a alínea anterior ou do final do prazo previsto para a sua prestação e caso a respetiva análise conclua pela existência de incumprimento, a ERSAR concede à entidade gestora e à entidade titular, se distinta, um período de contraditório, não inferior a 10 dias, para se pronunciarem sobre o incumprimento detetado, assim como sobre os valores que a ERSAR considera deverem ser praticados;
 - c) Até 15 dias após a receção das pronúncias referidas na alínea anterior ou após o termo do respetivo prazo, e uma vez ponderada a pronúncia e os elementos apresentados em contraditório, a ERSAR aceita os valores aprovados ou emite uma instrução vinculativa indicando os novos valores das tarifas a praticar;
 - d) No caso de serviços geridos por contrato, a ERSAR determina, no prazo referido na alínea anterior, se existe necessidade de o rever.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento a violação da legislação ou regulamentação aplicáveis à definição, fixação, revisão e atualização das tarifas, designadamente do disposto no artigo 82.º da Lei da Água, nos artigos 20.º a 23.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, no artigo 16.º da Lei das Finanças Locais, e no regulamento tarifário, em termos que possam comprometer, designadamente, a

sustentabilidade económico-financeira do serviço ou a acessibilidade económica ao mesmo por parte dos utilizadores finais, onerando-o injustificadamente.

4. Decorrido o prazo de 30 dias após a emissão da instrução vinculativa prevista na alínea c) do n.º 2, sem que as tarifas tenham sido adaptadas nos termos indicados pela ERSAR, as mesmas são fixadas por esta entidade e comunicadas às entidades gestoras e às entidades titulares dos serviços.
5. Os valores a definir pela ERSAR nos termos previstos no número anterior devem assegurar uma variação progressiva face aos valores em vigor, de modo a garantir a acessibilidade económica ao serviço, salvo quando esteja em causa a cobertura de custos definida pela trajetória tarifária dos pressupostos de viabilidade económica do sistema.

Artigo 30.º

Reporte, processamento e divulgação de informação económico-financeira

1. Até ao termo do mês de abril do ano seguinte àquele a que respeita o exercício considerado, as entidades gestoras remetem à ERSAR o relatório e contas aprovado em assembleia-geral de acionistas ou, quando não sejam entidades empresariais, documento equivalente de prestação de contas, acompanhado da respetiva ata de aprovação pelo órgão competente, dos balancetes contabilísticos e fundamentação das chaves de repartição aplicadas.
2. As entidades gestoras de serviços de titularidade estatal remetem ainda à ERSAR, conjuntamente com os elementos referidos no número anterior, o relatório anual de execução orçamental devidamente fundamentado, acompanhado de ficheiro em suporte digital disponibilizado pela ERSAR.
3. No caso de entidades gestoras abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, o reporte de contas reguladas é efetuado nos termos do Documento complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos aprovado para o efeito.
4. No caso das entidades gestoras de serviços de titularidade municipal, o reporte de contas é realizado através do Módulo de Regulação Económica do Portal da ERSAR.

5. A ERSAR pode realizar ações de auditoria para efeitos de validação de informação económica e financeira e de obtenção de dados complementares.
6. Com base na informação recolhida nos termos dos números anteriores, a ERSAR processa os dados definitivos e procede às análises que se revelem úteis para avaliação da situação económica e financeira das entidades gestoras.
7. Os resultados mais relevantes obtidos nesta atividade regulatória são publicados no sítio da ERSAR na internet e no Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal, para além da utilização de outros instrumentos de divulgação.

Secção III

Ciclo de regulação da qualidade de serviço

Artigo 31.º

Avaliação anual da qualidade de serviço prestados aos utilizadores

1. A ERSAR promove a avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras de acordo com o procedimento descrito nos números seguintes.
2. Até 31 de janeiro de cada ano a ERSAR disponibiliza no Portal da ERSAR versão atualizada do guia técnico de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores, bem como os ficheiros de apoio ao reporte de dados, definindo os critérios de avaliação e os valores ou bandas de referência.
3. Até ao dia 1 de março de cada ano a ERSAR faculta às entidades gestoras o acesso à funcionalidade de reporte de informação necessária à avaliação da qualidade de serviço no Módulo da Qualidade de Serviço do Portal da ERSAR.
4. Até 31 de março, no caso de serviços em alta, e até 30 de abril, no caso de serviços em baixa, as entidades gestoras procedem às seguintes atividades, com base nos dados relativos à atividade do ano anterior:

- a) Recolha dos dados internos e externos necessários para a avaliação da qualidade de serviço, nos termos definidos no guia de avaliação da qualidade dos serviços, tendo presentes os indicadores que lhes são aplicáveis, bem como para a definição do seu perfil e do sistema que gerem;
 - b) Autoavaliação da qualidade dos dados em termos de banda de exatidão dos mesmos e de banda de fiabilidade da fonte de informação, de acordo com os critérios definidos no guia de avaliação da qualidade dos serviços;
 - c) Introdução dos dados, através da importação dos ficheiros de apoio mais atuais disponibilizados pela ERSAR, assim como da documentação necessária para a validação dos mesmos, através do Módulo de Qualidade de Serviço do Portal da ERSAR.
5. Até 15 de setembro de cada ano, a ERSAR:
- a) Procede à validação cruzada dos dados fornecidos;
 - b) Realiza auditorias junto das entidades gestoras, na totalidade ou por amostragem, para validação dos dados, das quais deve resultar, por cada auditoria, um documento final que, no caso de auditoria presencial, é assinado pelos representantes da ERSAR e da entidade gestora;
 - c) Nos casos em que se justifique a alteração dos dados, procede à respetiva devolução no Módulo da Qualidade de Serviço do Portal da ERSAR, procedendo a entidade gestora à sua correção no prazo de 10 dias após a data da sua devolução, findo o qual a ERSAR assumirá a melhor informação disponível.
 - d) Promove um período de contraditório, disponibilizando a cada entidade gestora a respetiva ficha de avaliação preliminar, através do Módulo de Qualidade de Serviço do Portal da ERSAR, dispondo as entidades gestoras de um prazo de 10 dias para apresentar comentários.
 - e) Consolida os indicadores por entidade gestora, validando o processo, e publica no seu sítio da internet a ficha de avaliação final da qualidade do serviço prestado por cada entidade gestora.

6. As auditorias presenciais referidas na alínea c) do n.º 5 são comunicadas à entidade gestora com uma antecedência mínima de 5 dias da qual consta a identificação dos representantes da ERSAR.
7. Até ao dia útil anterior ao da realização da auditoria, a entidade gestora fornece à ERSAR ou os seus representantes a identificação dos seus interlocutores nessa ação.
8. Com base na informação recolhida nos termos dos números anteriores, a ERSAR processa os dados definitivos e efetua a:
 - a) Agregação das entidades gestoras em grupos, por tipo de serviço prestado, em alta ou em baixa, e por *clusters*;
 - b) Síntese dos resultados por indicador para cada grupo de entidades gestoras;
 - c) Análise comparativa dos indicadores da qualidade de serviço por grupo de entidades gestoras.
9. Os resultados mais relevantes obtidos nesta atividade regulatória são publicados no sítio da ERSAR na internet e no Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal, para além da utilização de outros instrumentos de divulgação.

Artigo 32.º

Alteração dos prazos

Excecionalmente, a ERSAR pode proceder à alteração dos prazos previstos no artigo anterior para o ciclo da qualidade de serviço, desde que informe atempadamente as entidades gestoras.

Secção IV

Ciclo de regulação da qualidade da água para consumo humano

Artigo 33.º

Verificação da qualidade da água para consumo humano

1. A ERSAR exerce as funções de autoridade competente para o controlo da qualidade da água para consumo humano, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, e de acordo com os procedimentos descritos nos artigos seguintes.
2. A intervenção da ERSAR prevista na presente secção aplica-se a todas as entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água para consumo humano que atuem no território de Portugal continental.
3. As entidades gestoras de sistemas de abastecimento particulares estão dispensadas da submissão à ERSAR do programa de controlo da qualidade da água para consumo humano (PCQA) e dos resultados da verificação da qualidade da água, nos termos do Artigo 35.º e do Artigo 36.º do presente regulamento, ficando contudo sujeitas à ação fiscalizadora da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 15.º e do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

Artigo 34.º

Pedidos de dispensa ou redução do controlo analítico

1. A ERSAR pode aprovar um pedido de redução da frequência mínima de amostragem regulamentar ou de dispensa de parâmetros do controlo analítico a aplicar no ano seguinte, contando para isso com um estudo fundamentado pela entidade gestora com uma avaliação do risco efetuada em conformidade com a legislação em vigor e nos termos dos números seguintes.

2. Para os efeitos do número anterior, e para que seja aplicado o procedimento previsto no artigo seguinte, as entidades gestoras podem, até 31 de julho do ano anterior àquele a que dizem respeito, submeter à aprovação da ERSAR os pedidos de:
 - a) Dispensa do controlo analítico de um ou mais pesticidas, identificando as origens de água em exploração nos pontos de entrega/zona de abastecimento para as quais se pede a dispensa, acompanhados dos pareceres da respetiva direção regional de agricultura da zona envolvente de cada origem de água e da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária ou outros organismos com competência para o efeito;
 - b) Dispensa do controlo analítico das substâncias radioativas, acompanhado de um estudo de avaliação do risco por cada origem de água bruta utilizada que justifique a dispensa por cada ponto de entrega/zona de abastecimento;
 - c) Dispensa do controlo analítico de um ou mais parâmetros do controlo de inspeção, acompanhado de um estudo devidamente fundamentado para cada ponto de entrega/zona de abastecimento a que se aplica o pedido de dispensa.
 - d) Redução da frequência mínima de amostragem regulamentar aplicável a um ou mais parâmetros do controlo analítico, acompanhado de um estudo devidamente fundamentado para cada ponto de entrega/ zona de abastecimento a que se aplica o pedido.
3. Os estudos referidos no número anterior devem ser devidamente instruídos tendo em conta a seguinte informação e pressupostos:
 - a) Apresentação em formato digital de um quadro-resumo, por cada parâmetro e ponto de entrega/zona de abastecimento, dos resultados da verificação da qualidade da água obtidos nos últimos anos, acompanhado dos respetivos relatórios de ensaio emitidos por um laboratório considerado apto nos termos da legislação em vigor;
 - b) A dispensa do controlo analítico de um parâmetro pressupõe que os resultados obtidos na verificação da qualidade da água, a partir de amostras colhidas em intervalos regulares, durante um período mínimo de três anos, em pontos representativos do

- ponto de entrega/zona de abastecimento, não ultrapassam 30% do valor paramétrico respetivo, nem evidenciam uma tendência crescente;
- c) A redução da frequência mínima de amostragem de um parâmetro pressupõe que os resultados obtidos na verificação da qualidade da água, a partir de amostras colhidas em intervalos regulares, durante um período mínimo de três anos, em pontos representativos do ponto de entrega/zona de abastecimento, não ultrapassam 60% do valor paramétrico respetivo, nem evidenciam uma tendência crescente;
 - d) No caso dos parâmetros microbiológicos, a redução da frequência mínima de amostragem depende da verificação nos dois anos anteriores àquele a que se refere o pedido de redução, da percentagem de cumprimento dos valores paramétricos, que deve ser superior a 99,50% por parâmetro microbiológico;
 - e) A redução da frequência não pode implicar uma periodicidade de amostragem inferior à quinzenal e não se aplica em nenhuma circunstância ao parâmetro *Escherichia coli*.
- 4. A ERSAR aprecia os pedidos dispensa ou redução do controlo analítico e comunica a decisão no prazo de 45 dias a contar da data de receção do pedido devidamente instruído.
 - 5. No caso de pedidos de entidades gestoras com o PCQA submetido à aprovação da ERSAR, a decisão referida nos números anteriores é refletida no Módulo da Qualidade da Água do Portal da ERSAR.
 - 6. Em sede de fiscalização são verificados os registos a que se refere o presente artigo, podendo a ERSAR suspender a dispensa ou redução de frequência concedida, em situações devidamente justificadas.

Artigo 35.º

Elaboração e aprovação do programa de controlo da qualidade da água

- 1. Até 15 e 30 de setembro de cada ano as entidades gestoras em alta e em baixa, respetivamente, submetem à apreciação da ERSAR, através do Módulo de Qualidade da Água

do Portal da ERSAR, os PCQA a implementar no ano seguinte, elaborados nos termos definidos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

2. Apenas podem ser submetidos no Módulo da Qualidade da Água do Portal da ERSAR os PCQA que prevejam a contratação pela respetiva entidade gestora de laboratório que previamente tenha dado cumprimento ao previsto no Artigo 37.º.
3. A entidade gestora deve indicar se a colheita das amostras previstas no PCQA é realizada por um laboratório acreditado para o efeito ou se, em alternativa, é da sua responsabilidade e, neste caso, deve garantir que é realizada por técnicos certificados para o efeito por um organismo de certificação acreditado.
4. O PCQA considera-se tacitamente aprovado se a ERSAR não se pronunciar no prazo de 45 dias contado a partir de 30 de setembro, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
5. A ERSAR devolve a proposta de PCQA à entidade gestora caso considere que a mesma não reúne as condições necessárias à sua aprovação, fixando à entidade gestora um prazo não inferior a 10 dias para proceder às retificações necessárias por forma a obter a sua aprovação até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita.
6. A aprovação do PCQA depende da existência de título válido para o exercício da atividade de abastecimento público de água pela entidade gestora.

Artigo 36.º

Implementação do programa de controlo da qualidade da água

1. Ao longo do ano a que o PCQA diz respeito, as entidades gestoras de sistemas de abastecimento público implementam o PCQA previamente aprovado pela ERSAR, comunicando quaisquer alterações mesmo, através do Módulo de Qualidade da Água do Portal da ERSAR, logo que delas tenham conhecimento
2. As entidades gestoras de sistemas de abastecimento público comunicam à ERSAR, através do Módulo de Qualidade da Água do Portal da ERSAR:

- a) Todas as situações de incumprimento dos valores paramétricos, até ao fim do dia útil seguinte àquele em que tiveram conhecimento da sua ocorrência;
 - b) As causas dos incumprimentos previamente comunicados, as medidas corretivas adotadas e os resultados das análises de verificação que demonstrem a eficácia das medidas adotadas e de outras análises que suportem a conclusão da investigação, até ao 5.º dia útil seguinte à data de conclusão do processo de averiguação.
3. As entidades gestoras de sistemas de abastecimento particulares dão cumprimento ao disposto nos dois números anteriores através de meios alternativos e auditáveis, designadamente, ofício, fax ou correio eletrónico, de modo a dar cumprimento aos prazos legalmente previstos.
 4. As entidades gestoras devem dar conhecimento à ERSAR dos esclarecimentos prestados por escrito, aos responsáveis de estabelecimentos ou instalações em que se fornece água ao público, sobre a ocorrência de incumprimentos dos valores paramétricos imputáveis à rede predial.
 5. O início da contagem dos prazos relativos à comunicação de incumprimentos dos valores paramétricos tem em conta o horário normal de funcionamento da entidade gestora, pelo que, se o resultado for comunicado fora do horário de funcionamento daquela, a contagem do prazo inicia-se no dia útil seguinte.
 6. As entidades gestoras de sistemas públicos de abastecimento, que não tenham o seu PCQA aprovado pela ERSAR continuam obrigadas a dar cumprimento a todos os requisitos legais constantes do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e a transmitir à ERSAR todas as informações necessárias através de meios alternativos e auditáveis, designadamente, correio postal, fax ou correio eletrónico, de modo a dar cumprimento aos prazos legalmente previstos.
 7. A ERSAR realiza, de acordo com critérios de avaliação de risco, ações de fiscalização e inspeção às entidades gestoras de sistemas públicos de abastecimento de água e de supervisão aos laboratórios, ficando estas entidades obrigadas a enviar à ERSAR, no prazo

que por esta venha a ser estabelecido, toda a informação necessária ao acompanhamento da sua atividade

Artigo 37.º

Comprovação de acreditação e supervisão dos laboratórios de ensaios

1. Para que possam constar no Portal da ERSAR como aptos à realização de colheitas de amostras e de ensaios de água destinada ao consumo humano no âmbito de aplicação da legislação em vigor, os laboratórios remetem à ERSAR um pedido, por meios eletrónicos, instruído com a cópia do documento comprovativo do seu âmbito de acreditação, emitido pelo organismo nacional de acreditação, bem como a informação sobre os parâmetros que pretendem subcontratar a um laboratório acreditado para o efeito, se for o caso.
2. Os laboratórios providenciam a atualização da informação prevista no número anterior junto da ERSAR, sempre que existam alterações que tenham impacto sobre o âmbito de atuação definido neste diploma ou sobre a vigência da sua acreditação.
3. A atividade dos laboratórios no âmbito de aplicação do PCQA está sujeita à supervisão da ERSAR, designadamente para verificação do cumprimento do procedimento e do prazo de comunicação de incumprimentos dos valores paramétricos e do procedimento de subcontratação de ensaios a outros laboratórios acreditados para o efeito, seguindo o regime previsto no Artigo 41.º para as fiscalizações.
4. Os laboratórios cooperam com a ERSAR, em articulação com o organismo nacional de acreditação, para os esclarecimentos considerados necessários no âmbito de aplicação da legislação em vigor.

Artigo 38.º

Reporte, processamento e divulgação de informação dos dados do controlo da qualidade da água

1. Até 31 de março de cada ano, as entidades gestoras dos sistemas de abastecimento público comunicam, através do Módulo de Qualidade da Água do Portal da ERSAR, os resultados da

verificação da qualidade da água obtidos na implementação do PCQA aprovado relativamente ao ano anterior.

2. Até 31 de maio de cada ano, a ERSAR:
 - a) Procede à validação dos dados a que se refere o n.º 1, através da compilação e verificação cruzada dos resultados fornecidos pelas entidades gestoras no Portal da ERSAR e do esclarecimento de dúvidas junto das mesmas;
 - b) Efetua, para cada uma das entidades gestoras, o processamento e tratamento dos dados, através da análise detalhada dos resultados da qualidade da água fornecidos pelas entidades gestoras;
 - c) Promove um período de contraditório, enviando a análise referida na alínea anterior a cada entidade gestora, através do Módulo da Qualidade da Água do Portal da ERSAR, dispondo as entidades gestoras do prazo de 10 dias para apresentar comentários, corrigir os dados fornecidos ou confirmar os mesmos, considerando-se tacitamente confirmado na ausência de pronúncia da entidade gestora.
3. Até 30 de setembro do ano seguinte àquele a que diz respeito, com base na informação recolhida nos termos dos números anteriores, a ERSAR consolida a análise dos resultados anuais do controlo da qualidade da água e da sua evolução temporal, ou seja, histórica, reportando os dados mais relevantes obtidos nesta atividade regulatória através da edição e divulgação pública do Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal, para além da utilização de outros instrumentos de divulgação.

Secção V

Reclamações de utilizadores dos serviços

Artigo 39.º

Análise de reclamações de utilizadores dos serviços

1. As entidades gestoras remetem à ERSAR as reclamações apresentadas nos respetivos livros de reclamações no prazo de 10 dias após a apresentação da reclamação pelo utilizador.
2. Para efeitos do n.º 1, as entidades gestoras submetem as reclamações no Módulo de Reclamações do Portal da ERSAR, fazendo-as acompanhar de informação sobre o ponto de situação da respetiva análise, incluindo cópia dos esclarecimentos eventualmente já prestados ao reclamante.
3. Após a receção desses elementos, e caso considere necessário, a ERSAR solicita esclarecimentos à entidade gestora, através do Módulo de Reclamações do Portal da ERSAR e, ou, aos reclamantes, os quais devem ser remetidos no prazo de 10 dias.
4. No caso das reclamações apresentadas por utilizadores diretamente à ERSAR ou reenviadas a esta por outras entidades, as mesmas são registadas pela ERSAR no Módulo de Reclamações do respetivo Portal, seguindo-se o procedimento previsto no número anterior.
5. Com base nos elementos recolhidos nos termos dos números anteriores, a ERSAR:
 - a) Procede à análise da situação que motivou a reclamação e da resposta da entidade gestora e informa o reclamante das conclusões a que tiver chegado e que pode incluir recomendações de outros meios disponíveis para a resolução da situação;
 - b) Caso considere justificar-se a alteração do procedimento da entidade gestora, informa-a dessa conclusão e faz recomendações quanto às alterações que considere deverem ser implementadas, sem prejuízo da abertura de eventuais processos de contraordenação a que haja lugar.
6. Sempre que a ERSAR recomende a alteração da decisão inicialmente adotada pela entidade gestora deve esta comunicar à ERSAR, através do Módulo de Reclamações do Portal da

ERSAR, a decisão final tomada no âmbito da reclamação, no prazo de 15 dias após a respetiva emissão.

7. A ERSAR reporta os resultados mais relevantes obtidos nesta atividade regulatória através da edição e divulgação pública do Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal, para além da utilização de outros instrumentos de divulgação, designadamente através do seu sítio eletrónico, visando a divulgação de boas práticas e a dissuasão de comportamentos lesivos para os consumidores.

Secção VI

Procedimentos de controlo

Artigo 40.º

Realização de auditorias

1. No exercício dos poderes de autoridade previstos no artigo 9.º dos respetivos Estatutos, a ERSAR realiza ações de auditoria junto das entidades gestoras e titulares com vista à avaliação do cumprimento dos contratos relativos à gestão dos serviços, das normas legais e regulamentares referentes ao âmbito de intervenção da ERSAR, assim como dos demais instrumentos regulatórios definidos por esta entidade.
2. No âmbito das ações de auditoria, a ERSAR pode ainda recolher informação junto de outras entidades, bem como dos utilizadores do serviço ou de associações representativas dos mesmos, tendo em vista atestar o grau de cumprimento das obrigações da entidade gestora e da entidade titular.
3. A recolha de informação *in loco* é precedida de uma comunicação escrita à entidade a auditar, remetida com uma antecedência mínima de 5 dias, da qual consta a identificação dos representantes da ERSAR nessa ação e uma listagem de documentos que a entidade deve disponibilizar para consulta ou fornecer cópia e respetivo suporte.
4. Até ao dia útil anterior ao da realização da auditoria, a entidade gestora fornece à ERSAR ou os seus representantes a identificação dos seus interlocutores nessa ação.

5. O relatório preliminar de auditoria é remetido à entidade gestora e à entidade titular, sendo-lhes concedido um prazo não inferior a 20 dias para apresentação de comentários.
6. O relatório final de auditoria é remetido às entidades referidas no número anterior e, no caso de serviços municipais, à assembleia municipal respetiva, sendo publicitadas as respetivas conclusões e recomendações no sítio da internet da ERSAR.
7. No caso de serem formuladas recomendações pela ERSAR no relatório final, esta fixa um prazo para as entidades destinatárias informarem do respetivo grau de implementação.
8. O procedimento descrito nos números anteriores não se aplica às auditorias para validação dos dados fornecidos pelas entidades gestoras referidas no Artigo 30.º e no Artigo 31.º.
9. No âmbito das ações de auditoria podem ser levantados autos de infração eventualmente detetadas, sempre que as mesmas se enquadrem nos poderes de fiscalização atribuídos à ERSAR.

Artigo 41.º

Realização de ações de fiscalização e de inspeção

1. No exercício dos poderes de autoridade previstos no artigo 9.º dos respetivos Estatutos, a ERSAR assegura o controlo permanente do cumprimento da lei cuja fiscalização e supervisão lhe seja atribuída, exercendo ainda ações de inspeção de acordo com o procedimento previsto nos números seguintes.
2. As entidades sujeitas a ações de fiscalização e de inspeção devem:
 - a) Permitir o livre acesso pelos trabalhadores da ERSAR ou por peritos por ela designados às suas instalações e a outros locais objeto da ação de fiscalização, da inspeção ou supervisão, bem como a documentos e a registos relevantes para verificar o cumprimento das normas legais ou regulamentares em causa;
 - b) Permitir a recolha de amostras e imagens, bem como a realização de medições pelos trabalhadores da ERSAR ou por peritos por ela designados nos locais referidos na alínea anterior;

- c) Prestar toda a informação, documental ou verbal, que seja solicitada pela ERSAR dentro do prazo pela mesma fixada;
 - d) Permitir a prática de qualquer outra diligência de comprovação, investigação, exame ou prova entendida necessária pela ERSAR para comprovar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como das recomendações aplicáveis.
3. No âmbito de ações de fiscalização e de inspeção, nos termos legalmente aplicáveis, a ERSAR pode ainda solicitar a colaboração de outras entidades públicas ou privadas e das autoridades policiais sempre que tal se revele necessário para a verificação do cumprimento das normas aplicáveis.
 4. As inspeções são comunicadas aos respetivos destinatários com uma antecedência mínima de 48 horas úteis, salvo se tal puser em causa o efeito útil da ação de inspeção, caso em que a mesma é feita sem aviso.
 5. O relatório preliminar de cada inspeção é remetido aos seus destinatários, sendo-lhes concedido um prazo não inferior a 15 dias para apresentação de comentários.
 6. No caso de serem formuladas recomendações pela ERSAR no relatório final da inspeção, esta fixa um prazo para as entidades destinatárias informarem do respetivo grau de implementação.
 7. Quando, no âmbito das ações descritas no presente artigo, sejam detetados incumprimentos que constituam a prática de contraordenação, a ERSAR inicia o respetivo procedimento, caso o mesmo seja da sua competência, ou, caso contrário, remete a informação para a entidade competente.
 8. A ERSAR publicita o número de ações de fiscalização, de inspeção e de supervisão realizadas em cada ano, assim como o número de processos de contraordenação abertos e respetivas decisões dentro do mesmo período.
 9. Nos termos legais aplicáveis, e sempre com objetivos dissuasão e prevenção, a ERSAR pode divulgar os resultados das ações de fiscalização e inspeção, bem como as medidas impostas para a respetiva correção.

Secção VII

Colaboração com outras entidades

Artigo 42.º

Licenciamento de entidades gestoras de sistemas integrados de fluxos específicos com interface com os resíduos urbanos

1. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos da ERSAR, e do n.º 3 do artigo 44.º do Decreto-Lei 178/2006, de 5 de setembro, a ERSAR colabora com a Autoridade Nacional de Resíduos na definição do modelo económico e financeiro subjacente ao licenciamento de entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos com interface com os resíduos urbanos, bem como na emissão de parecer sobre as condições económicas e financeiras constantes dos processos de pedidos de licença.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, após a receção de um requerimento relativo a licenciamentos de entidades gestoras de sistemas integrados de fluxos específicos de resíduos, a Autoridade Nacional de Resíduos remete o mesmo à ERSAR, acompanhado da respetiva proposta de condições de gestão de fluxos para emissão de parecer sobre as prestações e contrapartidas financeiras inerentes ao modelo económico e financeiro.
3. O procedimento previsto no número anterior é aplicável igualmente no caso de apresentação de um pedido de renovação de licença.
4. No prazo de 30 dias após a receção do pedido da Autoridade Nacional de Resíduos, a ERSAR emite parecer fundamentado, indicando, se aplicável, relativamente aos aspetos que entende deverem ser alterados, bem como as respetivas sugestões de alteração.
5. Aquando da transmissão da decisão final à entidade gestora, a Autoridade Nacional de Resíduos envia cópia da licença emitida à ERSAR.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 43.º

Forma de reporte de informação à ERSAR

1. Os elementos necessários à emissão de parecer por parte da ERSAR são remetidos em suporte digital.
2. Quando os elementos referidos no número anterior contenham cálculos, os mesmos devem permitir o acesso às fórmulas e ligações entre as diferentes folhas de cálculo e ficheiros, evidenciando os cálculos realizados.
3. Os elementos referidos no n.º 1, assim como outras informações necessárias à emissão de parecer por parte da ERSAR, devem ser remetidos utilizando os formatos ou módulos disponibilizados no Portal da ERSAR, sempre que existam.
4. As entidades gestoras são responsáveis por toda a informação submetida no Portal da ERSAR usando as credenciais de acesso facultadas pela ERSAR.

Artigo 44.º

Contagem de prazos

1. Os prazos previstos no presente regulamento contam-se nos termos previstos no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo.
2. Salvo disposição em contrário, os pareceres da entidade reguladora previstos no presente regulamento são emitidos num prazo de 30 dias.
3. Os prazos para emissão de parecer ou tomada de decisão pela ERSAR previstos no presente regulamento, suspendem-se quando haja lugar a solicitação de informação adicional ou de esclarecimentos que sejam essenciais à análise da entidade reguladora, assim como quando haja lugar a eventuais processos de contraditório, retomando-se a contagem logo que sejam

recebidos os elementos solicitados ou terminado o prazo concedido para o exercício do direito de contraditório.

4. Caso os pareceres não sejam emitidos no prazo de 30 dias após a apresentação do pedido é aplicável o disposto no n.º 5 do artigo 92.º do Código do Procedimento Administrativo, podendo o procedimento prosseguir sem a emissão de parecer.

Artigo 45.º

Decisões sujeitas a parecer da ERSAR

1. Os pareceres emitidos pela ERSAR são sempre fundamentados e concluir de modo expresse e claro sobre todas as questões indicadas na consulta, bem como, se for o caso, indicar os aspetos que devem ser alterados e as correspondentes sugestões de alteração.
2. No caso de as entidades destinatárias de parecer ou recomendação emitidas pela ERSAR tomarem uma decisão que se afaste do sentido e conteúdo do parecer ou recomendação da ERSAR, devem fundamentar, de forma clara, objetiva e completa as opções tomadas.
3. No caso dos pareceres emitidos no âmbito de atribuição e contratualização de concessões multimunicipais, constituição de sistemas intermunicipais, delegação de serviços municipais, de procedimentos de contratação pública para a seleção de parceiros privados e a atribuição de concessões municipais, da respetiva contratação, assim como de subconcessões, celebração de contratos de parceria entre os municípios e o Estado e contratos de gestão a ela respeitantes, e alteração e extinção de contratos e ainda regulamentos de serviço público, as entidades destinatárias dos mesmos enviam à ERSAR a decisão tomada com a respetiva fundamentação circunstanciada.
4. Sem prejuízo de outros cuja publicitação se justifique, os pareceres emitidos pela ERSAR e subsequentes decisões tomadas pelas entidades destinatárias a que se refere o número anterior são objeto de publicitação no sítio institucional da ERSAR.

Artigo 46.º

Incumprimento do presente regulamento

O não cumprimento das disposições do presente regulamento é punido nos termos definidos na lei aplicável aos sectores e atividades regulados.

Artigo 47.º

Dever de segredo

1. As pessoas que exerçam ou tenham exercido funções na ERSAR, bem como as que lhe prestem ou tenham prestado serviços a título permanente ou ocasional, ficam sujeitas a dever de segredo sobre factos cujo conhecimento lhes advenha exclusivamente do exercício dessas funções ou da prestação desses serviços, não podendo divulgar nem utilizar as informações obtidas.
2. Os factos e elementos cobertos pelo dever de segredo só podem ser revelados mediante autorização do interessado, transmitida à ERSAR, ou nos termos previstos na lei penal e de processo penal.
3. É lícita, designadamente para efeitos estatísticos, a divulgação de informação em forma sumária ou agregada e que não permita a identificação individualizada de pessoas ou instituições.
4. Fica igualmente ressalvada do dever de segredo a comunicação a outras entidades pela ERSAR, de dados centralizados, nos termos da legislação respetiva.

Artigo 48.º

Produção de efeitos

O presente regulamento produz efeitos 30 dias após a sua publicação em Diário da República.

ANEXO 1

Quadros de investimentos relativos à constituição de sistemas de titularidade municipal

Notas de preenchimento:

(a) Código de investimento:

Deve ser a entidade gestora a definir o código do investimento.

O código é único por cada investimento e deve ser mantido até ao final do contrato.

Se um investimento se dividir em várias empreitadas, deve o código ser desdobrado (por exemplo 1A, 1B)

(b) responsabilidade de execução:

Entidade titular

Entidade gestora

(c) tipo de intervenção:

Construção (C)

Reabilitação (R)

Substituição (S)

(d) características das infraestruturas: devem indicar-se as seguintes características principais por infraestrutura:

ETAR: habitantes equivalentes (HP)

EE: Potência (kW), Q (l/s) e altura manométrica (mca)

Reservatório: m³, população

ETA: população a servir

captação: população a servir

(e) pressuposto:

Rácio utilizado no EVEF

Investimento total previsto no EVEF do contrato

Valores a preços correntes (m€)

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano (...)	TOTAL
Montante previsto (m€)															

Nota: Nesta tabela devem ser reportados os valores de investimento total previstos no EVEF em vigor, que correspondam às rubricas descritas abaixo.

Deve ser preenchido com o detalhe do EVEF

Plano de Investimentos do contrato

Valores a preços correntes (m€)

código do investimento (a)	identificação	atividade (AA/AR)	Responsabilidade de execução (b)	tipo de infraestrutura (cond/colet/ramais)	tipo de intervenção (c)	Previsto no PI (caso base inicial)			
						ano	n.º ou ml	€/un (n.º ou ml)	Total (m€)

TOTAL

Ficha de fundamentação dos investimentos

Código do investimento: (...)

(a) devem ser descritas genericamente as características do investimento

e

(b) caso o investimento a realizar seja diferente do previsto no caso base inicial, por exemplo no que se refere:

*no tipo de intervenção
aumento da população abrangida
conceção do sistema
(...)*

deve a entidade gestora fundamentar a razão da alteração.

VERSÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

ANEXO 2

Quadros de investimentos relativos a sistemas de titularidade estatal

Investimento total previsto no EVEF do contrato

Nota: traduzido pelos ativos tangíveis e intangíveis constantes dos balanços anuais

Valores a preços correntes (m€)

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano (...)	TOTAL
Montante previsto (m€)															

Nota: Nesta tabela devem ser reportados os valores de investimento total previstos no EVEF em vigor..

Investimentos do projeto global ("inicial")

Valores a preços correntes (m€)

Código do investimento previsto no PG	Quantidades (ml, e.p., etc.)	Custo unitário (€/ml; €/e.p., etc.)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano (...)
1																
2																
3																
(...)																
Total																

Nota: Nesta tabela devem ser reportados todos os investimentos previstos no Projeto Global com os respetivos pressupostos associados e os valores previstos no EVEF em vigor

Investimentos de reabilitação e substituição

	<i>Pressuposto</i>	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano (...)
Total previsto no EVEF															

Nota: Nesta tabela devem ser reportados os valores de investimento de reabilitação e substituição previstos no EVEF

Outros investimentos

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano (...)
Total previsto no EVEF														
Assessorias/Outros														
Estudos e projetos														
Apoio às expropriações														
Terrenos														
Fiscalizações														
Capitalização de encargos														
Integração de infraestruturas														
Outros														

Investimentos do plano quinquenal em vigor

código da empreitada (código ERSAR)	investimento não previsto no CC (s/n)	investimentos previstos no contrato de concessão		Quantidades (ml, e.p., etc.)	Custo unitário (€/ml; €/e.p., etc.)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		inv. previsto no âmbito dos inv de reabilitação e substituição do EVEF anexo ao CC (s/n)	Código do investimento previsto no PG							
Total previsto no plano quinquenal										

ANEXO 3

Quadros para monitorização de investimentos de serviços de titularidade municipal geridos por contrato

Notas de preenchimento:

(a) Código de investimento:

Deve ser a entidade gestora a definir o código do investimento.

O código é único por cada investimento e deve ser mantido até ao final do contrato.

Se um investimento se dividir em várias empreitadas, deve o código ser desdobrado (por exemplo 1A, 1B)

(b) responsabilidade de execução:

Entidade titular

Entidade gestora

(c) tipo de intervenção:

Construção (C)

Reabilitação (R)

Substituição (S)

(d) características das infraestruturas: devem indicar-se as seguintes características principais por infraestrutura:

ETAR: habitantes equivalentes (HP)

EE: Potência (kW), Q (l/s) e altura manométrica (mca)

Reservatório: m³, população

ETA: população a servir

captação: população a servir

(e) pressuposto:

Rácio utilizado no EVEF

Investimento total previsto no EVEF do contrato

Valores a preços correntes (m€)

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano (...)	TOTAL
Montante previsto (m€)															

Nota: Nesta tabela devem ser reportados os valores de investimento total previstos no EVEF em vigor, que correspondam às rubricas descriminadas abaixo.

Plano de Investimentos do contrato

Redes

Valores a preços correntes (m€)

Valores a preços correntes (m€)					Previsto no PI (caso base inicial)				
código do investimento (a)	identificação	atividade (AA/AR)	Responsabilidade de execução (b)	tipo de infraestrutura (cond/colet/ramais)	tipo de intervenção (c)	ano	n.º ou ml	€/un (n.º ou ml)	Total (m€)

TOTAL

Outras infraestruturas (captações, ETA, reservatórios, estações elevatórias, ETAR, ...)

					Previsto no PI (caso base inicial)			
código do investimento (a)	identificação	atividade (AA/AR)	Responsabilidade de execução (b)	tipo de infraestrutura	características da infraestrutura (d)	tipo de intervenção (c)	ano	Total (m€)

TOTAL

(continuação)

Previsto no PI (em vigor)				realizado				
características da infraestrutura (d)	tipo de intervenção (c)	ano	Total (m€)	valor da adjudicação (euros)	ano de conclusão	características da infraestrutura (d)	tipo de intervenção (c)	Total (m€)

Reabilitações/Renovações/Substituições

	Pressuposto (e)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano (...)	TOTAL
Total previsto no EVEF (caso base inicial)																
Total previsto no EVEF (caso base em vigor)																
Total realizado																

Outros investimentos

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano (...)	TOTAL
Assessorias/Outros															0
Estudos e projetos															0
Apoio às expropriações															0
Terrenos															0
Fiscalizações															0
(...)															0

TOTAL

Nota: Nesta tabela devem ser reportados todos os outros investimentos previstos no EVEF em vigor

Ficha de fundamentação dos investimentos

Código do investimento: (...)

(a) devem ser descritas genericamente as características do investimento

e

(b) caso o investimento a realizar seja diferente do previsto no caso base inicial, por exemplo no que se refere:

*no tipo de intervenção
aumento da população abrangida
conceção do sistema
(...)*

deve a entidade gestora fundamentar a razão da alteração.

VERSÃO PARA CONSULTA PÚBLICA